



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÃO

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

– BIÊNIO 2011/2012 –

DSI/CGU-PR

Julho/2011

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. ESTRUTURA DO PDTI	3
1.1.1 Apresentação de atividades e projetos	3
1.1.2 Recursos Necessários	3
1.2. APROVAÇÃO DO PDTI.....	3
1.3. ESTRUTURA DA DSI.....	3
1.4. ARQUITETURA ATUAL	4
1.5. ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5
2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI.....	6
2.1. MISSÃO	6
2.2. VISÃO DE FUTURO	6
2.3. VALORES	6
2.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI.....	6
3. APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS.....	8
3.1 ATIVIDADES E PROJETOS DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	8
3.1.1 Equipe de Coordenação.....	8
3.1.2 Equipe de Apoio aos Usuários	9
3.1.2 Equipe de Gestão de Projetos de Rede	10
3.1.3 Equipe de Infraestrutura de Redes.....	21
3.1.4 Equipe de Segurança	27
3.1.5 Equipe de Administração de Rede	34
3.2 ATIVIDADES E PROJETOS DA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	37
3.2.1. Equipe EPLAC - Equipe Planejamento, Correição e Ouvidoria:.....	37
3.2.2. Equipe ECONT - Equipe Controle Interno:	42
3.2.3. Equipe EPREV - Equipe Prevenção da Corrupção.....	47
3.2.4. Equipe EGCOR - Equipe Gestão Interna, Comunicação e TI	52
3.2.5. Equipe EBIAI - Equipe de BI e Administração de Informações	60
3.2.6. Equipe EARQ - Equipe de Arquitetura	62
3.3 INICIATIVAS VINCULADAS AO PROPREVINE.....	67
3.3.1 Projetos a cargo de outras Unidades da CGU que demandam a participação da DSI:	67
3.3.2. Projetos próprios da DSI, com recursos do Proprevine	68
3.3.3. Quadro Resumo do Recursos Financeiros do Proprevine – 2011	70
4. RECURSOS NECESSÁRIOS.....	72
4.1. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS.....	72
4.2. PROJETO/ATIVIDADE X RECURSOS HUMANOS	75
4.3. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI.....	76
4.3.1. Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica	76
4.3.2. Coordenação-Geral de Informação	78

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI apresenta as diretrizes estratégicas da Diretoria de Sistemas e Informação (DSI) da Controladoria-Geral da União (CGU), para os exercícios 2011 e 2012, visando garantir o cumprimento de suas atribuições institucionais. Abrange aspectos como:

- Contextualização da infraestrutura e dos recursos disponíveis;
- Descrição das atividades de suporte técnico e apoio à infraestrutura de TI;
- Planejamento dos produtos e serviços que serão fornecidos pela Diretoria a outras unidades da CGU, descrito de modo consolidado, visto que está integrado ao PAM 2011/2012 (Plano de Ações e Metas da CGU), no qual há o detalhamento, prazos e cronogramas dos projetos;
- Exposição das necessidades de capacitação de pessoal, a ser suprida com a realização de treinamentos e cursos específicos;
- Estimativa dos recursos humanos, orçamentários e financeiros para cumprimento dos projetos e atividades descritos no presente Plano.

1.1 Estrutura do PDTI

1.1.1 Apresentação de atividades e projetos

A seção traz o planejamento da DSI para os anos 2011 e 2012 dividido nas seguintes subseções:

- **Atividades e Projetos da Área de Infraestrutura Tecnológica** – engloba a introdução, estado atual, interações previstas e ações propostas para os projetos de iniciativa da SITEC; e
- **Atividades e Projetos da Área de Sistemas e Informação** – engloba a introdução, estado atual, interações previstas e ações propostas para os projetos de iniciativa da SIINF.
- **Iniciativas vinculadas ao Proprevine** – descreve as ações a cargo da DSI nos projetos conduzidos no âmbito da CGU, com base nos recursos do Proprevine;

1.1.2 Recursos Necessários

Esta seção está dividida nas seguintes subseções:

- **Plano de Gestão de Pessoas** – Relaciona os programas de atualização / desenvolvimento profissional dos servidores da DSI, necessários para a consecução do PDTI;
- **Quadro de Necessidade de Recursos Humanos** – Apresenta o quantitativo de servidores necessários para a realização dos projetos e atividades como previstos neste PDTI; e
- **Proposta orçamentária de TI** – Apresenta estimativa dos recursos necessários à realização das proposições do PDTI.

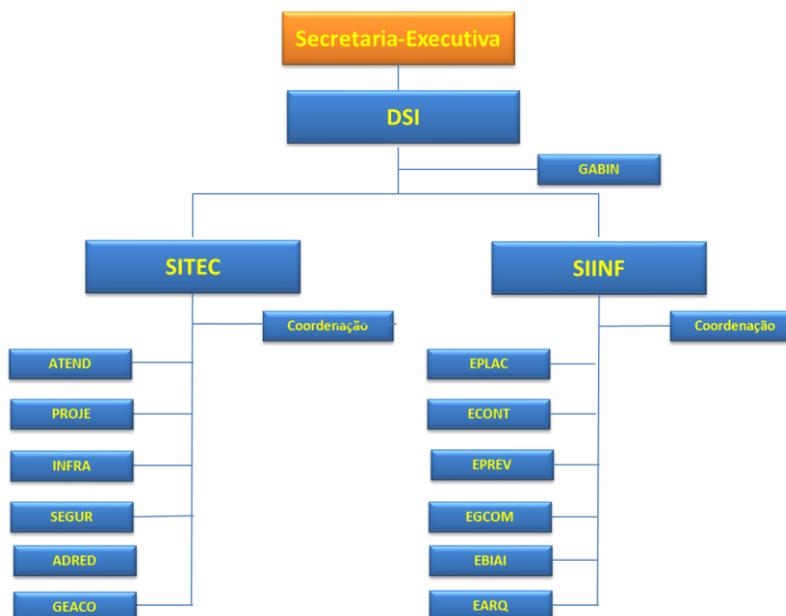
1.2. Aprovação do PDTI

Este PDTI foi submetido à avaliação do Comitê de Tecnologia da Informação da Controladoria-Geral da União, conforme previsto na Portaria nº. 263, de 04 de fevereiro de 2010, que o instituiu. Analisadas as sugestões do referido Comitê, colheu-se a aprovação do Exmo. Senhor Secretário-Executivo da CGU.

1.3. Estrutura da DSI

Cumpra à Diretoria de Sistemas e Informação prestar serviços de TI de forma ágil e com qualidade, contribuindo efetivamente no desempenho das atividades finalísticas da CGU. Para tanto, a DSI encontra-se estruturada conforme gráfico a seguir:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012



- Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica – SITEC – responsável pelos projetos de infraestrutura tecnológica e pela disponibilização de serviços de TI para toda a CGU.
- Coordenação-Geral de Informação – SIINF – responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação, apresentando projetos que visam, dentre outros aspectos, gerenciamento de dados e automação das atividades no âmbito da CGU.

1.4. Arquitetura Atual

A arquitetura tecnológica da DSI está baseada principalmente em plataforma baixa, gerida pelos próprios servidores. No entanto, no tocante à utilização de software, essa arquitetura é mista, já que utiliza tanto softwares livres quanto proprietários.

O desenvolvimento de sistemas é baseado nas plataformas Java,.Net, PHP e Zope/Plone utilizando-se dos SGBDs SQL Server e MySQL.

Os sites sob responsabilidade da DSI na internet possuem arquitetura diversificada, com predominância na plataforma ASP/SQL Server. Na intranet, a solução adotada foi o Zope/Plone.

O sistema ATIVA, que visa apoiar as atividades de auditoria e fiscalização da CGU, está em plataforma Natural/ADABAS (mainframe), gerida por fornecedor externo e em processo de conversão, pela DSI, para a plataforma Java/SQL Server.

A gestão de infraestrutura utiliza intensamente ferramentas e sistemas operacionais livres. Os serviços básicos de rede (sistema de diretórios, de autenticação de usuários e compartilhamento de recursos de rede) estão implementados por meio de softwares de livre licenciamento, com destaque para o Fedora Directory Server, o Samba e a distribuição CentOS do sistema operacional Linux.

Traduzida em números, a infraestrutura de TI da CGU contempla:

- 65 equipamentos servidores (incluindo appliances), sendo 39 instalados no DF e 26 nos Estados;
- 110 servidores virtuais, sendo que os mais críticos estão hospedados em solução de processamento em lâminas (Blade);
- 1 contrato para “colocation” em centro de dados externo, no qual estão instalados 11 equipamentos servidores (já incluídos nos números acima);
- 3235 estações de trabalho;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- 1126 notebooks;
- 641 impressoras (laser);
- 204 ativos de rede (switches e access points);
- capacidade de armazenamento centralizada de 50Tbytes.

A arquitetura de servidores e serviços de TI inclui a virtualização de servidores como tecnologia fundamental no sentido de aperfeiçoar o uso dos recursos e ampliar sua disponibilidade.

1.5 Estratégias de alocação de mão-de-obra

Com a finalidade de ampliar a capacidade de atendimento da Diretoria de Sistemas e Informação, foi implantado novo modelo de gestão, com previsão de atendimento de todas as demandas de soluções de TI deste órgão, o qual ficará delimitado apenas pela capacidade de especificação de requisitos por parte das áreas demandantes. Para tanto, promoveu-se a terceirização de parte dos serviços da Coordenação-Geral de Informação-SIINF, mediante contratação de empresas especializadas no desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI, cujos trabalhos já foram iniciados. Essas empresas estão responsáveis pelas atividades de levantamento de requisitos, análise e design, codificação e testes. As demais atividades (coordenação do desenvolvimento de sistemas, planejamento, controle de qualidade, homologação de soluções e gestão de contratos) permanecem a cargo exclusivo dos servidores efetivos da CGU.

Também no âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica-SITEC está prevista a ampliação da terceirização dos serviços – hoje restrita à Central de Atendimento aos Usuários, que engloba os serviços de telessuporte e atendimento técnico local aos usuários da CGU em Brasília e nas Unidades Regionais –, mediante contratação de nova empresa para responder pelas tarefas operacionais vinculadas ao suporte tecnológico a ambiente de infraestrutura de redes, cujo processo encontra-se em andamento na Diretoria de Gestão Interna. Tal medida tem o propósito de suprir a carência de servidores por meio do repasse de tarefas rotineiras e de baixa complexidade a uma força de trabalho menos onerosa à Administração, de modo a liberar os recursos próprios e mais qualificados para a dedicação à gestão dos serviços e a condução de novos projetos. Permanecem a cargo exclusivo dos servidores efetivos da CGU a coordenação das atividades das áreas de Administração/Produção, Segurança, Projetos de Rede e Gestão de Contratos.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

Conforme instituído no planejamento estratégico da Diretoria de Sistemas e Informação - PETI 2010-2013, as ações da DSI devem se pautar nos seguintes propósitos:

2.1. MISSÃO

Fornecer soluções de TI que propiciem à CGU o cumprimento de suas atribuições institucionais com qualidade, segurança e tempestividade.

2.2. VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como área de excelência em provimento de soluções de TI.

2.3. VALORES

Cooperação, eficiência, proatividade, ética, legalidade, respeito ao meio ambiente e à sociedade, transparência, inovação e tempestividade.

2.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI

A análise do cenário ou do contexto atual da DSI foi realizada por meio da utilização da ferramenta SWOT, sigla oriunda do idioma inglês e acrônimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

Este modelo visa identificar um cenário que está prestes a passar por mudanças, podendo ser decisivo na distribuição de recursos. A análise de cenário se divide em:

- **Ambiente interno** (Forças e Fraquezas) - Principais aspectos da DSI que facilitarão ou prejudicarão o cumprimento de sua missão dentro do órgão no qual está inserida. Resulta das estratégias de atuação definidas por seus dirigentes, constituindo decisões e níveis de desempenho que se pode gerir.
- **Ambiente externo** (Oportunidades e Ameaças)- Corresponde aos aspectos positivos e negativos das Unidades da CGU (clientes de TI), além dos demais entes públicos ou privados com os quais a DSI se relaciona. Esses aspectos poderão estimular ou impedir as perspectivas de evolução da Diretoria, consistindo em circunstâncias externas a seu poder de decisão.

As forças e fraquezas são determinadas pelo cenário atual e se relacionam, quase sempre, a fatores internos. Já as oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas a fatores externos.

A combinação desses fatores compõe o cenário da DSI, conforme quadro a seguir, cuja análise facilita a definição de suas estratégias de negócios.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Análise situacional da DSI

	Pontos fortes	Pontos fracos
Ambiente Interno	<ol style="list-style-type: none">1. Qualificação e comprometimento da equipe;2. Versatilidade da equipe e flexibilidade nas soluções;3. Cumprimento de prazos acordados;4. Apoio da alta administração;5. Predisposição para implantação de boas práticas;6. Qualidade dos serviços prestados.	<ol style="list-style-type: none">1. Dificuldade na alocação de recursos humanos;2. Comunicação interna e externa insuficiente;3. Dificuldade no cumprimento dos processos formalizados;4. Não cumprimento do planejamento em razão do surgimento de novas demandas e/ou perda de pessoal;5. Dificuldade de compartilhamento do conhecimento;6. Falta de processo formalizado para gestão de contratos.
Ambiente Externo	<ol style="list-style-type: none">1. Expertise da equipe trazida de experiências anteriores à CGU;2. Investimento na melhoria de processos;3. Intercâmbio de informações com entidades externas;4. Valorização das áreas de TI no governo;5. Oportunidades de treinamento externas a CGU (ex: Sisp, TIControl);6. Existência de Comitê de TI no Órgão.	<ol style="list-style-type: none">1. Perda de credibilidade;2. Perda de pessoal;3. Orçamento insuficiente;4. Baixa qualidade dos serviços prestados por terceiros.
	Oportunidades	Ameaças

Com base no ambiente contextualizado pela análise de SWOT, foram estabelecidos os objetivos estratégicos, agrupados nos seguintes temas:

- **Alinhamento Institucional** – alinhamento da atuação da DSI frente à estratégia institucional da CGU, além da integração com outros entes públicos ou privados, para troca de experiências e informações.
- **Excelência Operacional** - atendimento da DSI e disponibilidade de seus serviços e sistemas.
- **Eficiência Técnico-gerencial** – processos de trabalho e gestão, voltados para atendimento aos requisitos de Governança de TI dentro do Governo Federal e para o aprimoramento das competências internas dos servidores da DSI.
- **Responsabilidade Ambiental** – visão de sustentabilidade dentro das atividades de TI.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3. APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS

3.1 Atividades e Projetos da Área de Infraestrutura Tecnológica

3.1.1 Equipe de Coordenação

Atividades

As principais atividades da equipe são:

- Assessoramento ao Coordenador-Geral da SITEC;
- Coordenação técnica das ações da SITEC;
- Revisão dos artefatos relacionados às contratações conduzidas pela SITEC;
- Elaboração de documentos internos e externos;
- Gerenciamento de Mudanças;
- Gerenciamento de Catálogo de Serviços.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da equipe de Coordenação são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.1 – Plano para a aquisição, implementação e manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.2 – Implementação de segurança e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura

AI6 – Gerenciar as Mudanças

- AI6.1 – Padrões e Procedimentos de Mudanças
- AI6.2 – Análise de Impacto, Priorização e Autorização
- AI6.3 – Mudanças Emergenciais
- AI6.4 – Rastreamento e Relato de Situação de Mudanças
- AI6.5 – Encerramento e Documentação de Mudanças

AI7 – Instalar e Homologar Soluções e Mudanças

- AI7.1 – Treinamento
- AI7.2 – Plano de Testes
- AI7.3 – Plano de Implantação
- AI7.4 – Ambiente de Testes
- AI7.5 – Conversões de Sistemas e Dados
- AI7.6 – Testes de Mudanças

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- AI7.7 – Teste de Aceitação Final
- AI7.8 – Implantação em Produção
- AI7.9 – Revisão Pós-Implantação

Ações Propostas

- Não se aplica.

Projetos

- Não se aplica.

3.1.2 Equipe de Apoio aos Usuários

Atividades

As principais atividades da equipe são:

- Gestão do contrato com a empresa prestadora de serviços de informática em Brasília e nos Estados (1º e 2º níveis de suporte);
- Gerenciamento dos equipamentos e materiais de informática guardados no depósito da DSI no Edifício Darcy Ribeiro;
- Gestão dos contratos de equipamentos e materiais de TI destinados a usuários (estações de mesa, portáteis, impressoras, dentre outros);
- Apoio na realização de testes de aceitação de equipamentos e materiais de TI adquiridos pela CGU;
- Gestão do estoque de cartuchos, toner e demais suprimentos das impressoras instaladas na Controladoria;
- Distribuição de equipamentos, acessórios e dispositivos de TI em geral, objeto de processos de contratação, após os trâmites de incorporação ao patrimônio da CGU;
- Suporte técnico e operacional avançado (3º nível) aos usuários dos serviços de: Correio Eletrônico; Mensageria Instantânea; Certificação Digital; Videoconferência; Telefonia VoIP; e Câmeras de vídeo do berçário do Edifício Darcy Ribeiro.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da equipe de Gestão de Suporte Técnico são:

DS2 – Gerenciar serviços de terceiros

- DS2.2 – Administrar o relacionamento com fornecedores
- DS2.3 – Gerenciar risco associado a fornecedores
- DS2.4 – Monitorar o desempenho de fornecedores

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

DS5 – Garantir a segurança dos sistemas

- DS5.5 – Monitorar, supervisionar e testar segurança
- DS5.9 – Prevenir, detectar e corrigir software malicioso

DS8 – Gerenciar Service Desk e Incidentes

- DS8.1 – Service Desk
- DS8.2 – Registro de Solicitações de Usuários
- DS8.3 – Escalonamento de Incidentes
- DS8.4 – Fechamento de Incidentes
- DS8.5 – Relatórios e Análises de Tendências

DS11 – Gerenciar dados

- DS11.2 – Procedimentos de armazenamento e retenção
- DS11.3 – Sistema de administração de bibliotecas de mídias

Ações propostas

- Fazer o controle, gestão e atendimento das solicitações de usuários de TI da CGU (tratamento de solicitações de serviços; tratamento de incidentes; pedidos de acessórios; reparos; suprimentos; distribuição de equipamentos e software, dentre outros);
- Analisar a necessidade da aplicação das atualizações de software básico disponibilizadas para estações de trabalho.

Projetos

- Avaliar os diversos canais de solicitações de demandas dos usuários de TI e propor readequação dos mesmos;
- Avaliar e propor a otimização do processo de controle de suprimentos de impressoras.

3.1.2 Equipe de Gestão de Projetos de Rede

Atividades

- Concepção e condução de projetos de serviços de infraestrutura de TI, dentro dos procedimentos aprovados pela Ordem de Serviço nº 126 de 2008, que institui o Processo de Gestão de Projetos da DSI (PGP-DSI);
- Apoio às Unidades Regionais da CGU para demandas relacionadas à infraestrutura de TI, incluindo visitar *in loco*;
- Condução dos processos de aquisição de soluções, equipamentos e materiais de TI destinados à manutenção e melhoria da Rede CGU, bem como aqueles destinados diretamente aos usuários;
- Homologação de software básico.

Integração com o CobiT

Os processos do CobiT associados às atividades da Equipe de Gestão de Projetos de Rede são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

P010 – Gerenciar Projetos

- PO10.5 Declaração do Escopo do Projeto
- PO10.6 Fase de Início do Projeto
- PO10.7 Plano Integrado de Projeto
- PO10.8 Recursos do Projeto
- PO10.9 Gestão de Risco do Projeto
- PO10.11 Controle de Mudança de Projeto
- PO10.13 Medição de Desempenho, Monitoramento e Reporte do Projeto
- PO10.14 Conclusão do Projeto

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.2 – Implementação de segurança e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura
- AI3.3 – Manutenção da infraestrutura tecnológica

AI5 – Adquirir recursos de TI

- AI5.3 – Seleção de fornecedores
- AI5.4 – Aquisição de recursos

Ações Propostas

- Atender as necessidades de infraestrutura da Rede CGU por meio da concepção de soluções e disponibilização de equipamentos e materiais de TI;
- Atender as necessidades dos usuários da Rede CGU por meio da aquisição de soluções, equipamentos e materiais de TI destinados a usuários, que viabilizem a atualização e/ou ampliação do parque tecnológico do Órgão, com especial destaque à substituição de equipamentos obsoletos;
- Apoiar as unidades regionais com relação a projetos/novas soluções de infraestrutura de TI.

Projetos

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.1.2.1 Reorganização do cabeamento estruturado da sala de servidores e das salas de Telecomunicações (5.º e 8.º andares) do Edifício Darcy Ribeiro

Introdução

Nos últimos anos, a DSI tem internalizado os serviços que antes eram entregues a terceiros, como o Portal da Transparência e o serviço de correio eletrônico, ao mesmo tempo em que tem implementado novos serviços, como a telefonia IP, videoconferência e a segmentação da rede local. Todos os serviços prestados necessitam ter como base uma rede estável e confiável. Entretanto, as salas de equipamentos e das salas de telecomunicações do Edifício Darcy Ribeiro em Brasília não possuem infraestrutura adequadas às normas técnicas e às melhores práticas de mercado.

Em uma rede estruturada, existe maior agilidade na segmentação da rede local e a inclusão de

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

novos pontos na rede é realizada de maneira mais segura, ágil e escalável, uma vez que a equipe de administração da rede possui gerência sobre a localização lógica de cada ponto.

O investimento em reestruturação tem vida longa, pois se estima que o novo cabeamento deve durar 10 anos. Neste período, a rede deve comportar novos serviços de voz e vídeo, que demandam infraestrutura de rede confiável e capaz de suportar altas taxas de transmissão.

Nesse cenário, faz-se necessária a análise dos problemas das salas de equipamentos e telecomunicações, bem como a elaboração de um projeto de reorganização dessas salas, visando a construção de uma rede estruturada.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados à Reorganização do Cabeamento são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

DS12 – Administrar o Ambiente Físico

- DS12.1 – Seleção de local e disposição de espaço físico
- DS12.2 – Medidas de segurança física
- DS12.4 – Proteção contra fatores ambientais

Estado Atual

Não iniciado.

Ações propostas

- Reorganizar o cabeamento da sala de servidores e das salas de telecomunicações do 5.º e 8.º andares do Edifício Darcy Ribeiro, por meio da contratação de empresa especializada do mercado.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.2.2 Estrutura de Alta Disponibilidade para os serviços essenciais

Introdução

O trabalho desenvolvido na CGU demanda o acesso constante à rede corporativa e a diversos sistemas informatizados. Grande parte das informações do Órgão está armazenada em equipamentos localizados na CGU Brasília.

A DSI, visando prover maior disponibilidade aos usuários, implementou, no final de 2007, estrutura de alta disponibilidade nos principais serviços de rede. Contudo, a referida estrutura carece de aprimoramentos, especialmente no tocante à automatização da redundância dos servidores e, por consequência, a minimização dos períodos de indisponibilidade.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Incidentes ocorridos em 2010, que causaram significativa indisponibilidade da Rede CGU, reforçaram a necessidade de aprimoramento da arquitetura atual dos principais serviços da Rede CGU.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associado ao projeto de Estrutura de Alta Disponibilidade são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

Estado Atual

No ano de 2010, foi replicada a infraestrutura da IntraCGU e do serviço de Diretório (FDS). Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos e contratados recursos necessários à melhoria da disponibilidade, a saber: Link redundante para acesso à Internet; Firewalls; Switches de Core; Softwares de Virtualização; dentre outros.

Ações Propostas

- Adquirir Chassi e Lâminas Blade, Storage, Fitoteca;
- Ampliar o contrato de hospedagem externa (Datacenter);
- Reestruturar a Rede SAN da CGU, com o intuito de otimizar o acesso às áreas de armazenamento da Rede CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.2.3 Migração do serviço de Correio Eletrônico

Introdução

Atualmente, parte do serviço de correio eletrônico corporativo da CGU é prestado por fornecedor externo (SERPRO), na plataforma Outlook – Exchange. Esta solução apresenta problemas frente às necessidades da CGU: capacidade de armazenamento insuficiente, desatualização tecnológica, ambiente de autenticação distinto do ambiente de Rede da CGU e, especialmente, constantes indisponibilidades da solução. Do exposto, propõe-se a internalização do serviço em comento, de forma a resolver os problemas indicados.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Migração do Serviços de Correio Eletrônico são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 – Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 – Definição de Serviços
- DS1.3 – Acordos de Nível de Serviço

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

No ano de 2010, a partir da realização de testes piloto da migração das contas Outlook armazenadas no SERPRO para o ambiente Expresso, verificou-se que esta solução não atendia aos requisitos disponíveis para os usuários da plataforma Exchange, dentre os quais destaca-se: impossibilidade de compartilhamento da agenda, falta de integração com outras ferramentas, impossibilidade de usar o Microsoft Outlook como cliente, problemas na formatação de mensagens e dificuldades de atualização da ferramenta para correção de bugs.

Face ao exposto, a partir de análise das soluções disponíveis no mercado, optou-se pela manutenção das contas na plataforma Exchange, por meio da internalização da solução Exchange na CGU em sua versão mais atual, 2010.

Ações Propostas

- Implantar a solução de correio eletrônico Microsoft Exchange 2010;
- Capacitar o corpo técnico da CGU para a adequada operação da ferramenta;
- Migrar as contas do Microsoft Outlook 97/2003, hospedadas no SERPRO, para o Outlook 2010.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.2.4 Reestruturação da Rede CGU

Introdução

Atualmente a rede da CGU é composta por uma Rede Local (LAN) no Edifício-Sede, interligada à Corregedoria por meio de uma rede metropolitana (MAN) e às unidades regionais por meio de uma nuvem interestadual (WAN) de tecnologia MPLS. No edifício Sede da CGU, a LAN está estruturada em duas camadas, ACESSO e CORE, de forma que as pilhas de switches dos usuários (switches de ACESSO) estão ligados diretamente ao switch de núcleo da rede (switch de CORE).

A estrutura de rede atual não separa o tráfego de voz do tráfego de dados, o que dificulta a aplicação de políticas de QoS. Essa dificuldade em diferenciar o tráfego de voz pode tornar mais complexa com a implementação de Telefonia IP, principalmente no que diz respeito a ligações feitas entre as Regionais e o Edifício Sede da CGU.

Cabe ressaltar, ainda, que não há um plano centralizado de endereçamento IP, bem como de utilização de identificadores de VLAN, o que é fundamental para otimizar a administração da rede.

Além do que foi exposto acima, observa-se que alguns procedimentos não estão devidamente definidos e formalizados, de modo que se torna necessário criar uma documentação que forneça orientações sobre os padrões de estrutura de rede da Controladoria.

Face ao exposto, faz-se necessário propor nova arquitetura para a Rede CGU, de modo a tornar mais robusta a estrutura atual e que sirva de orientação para o crescimento futuro.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reestruturação da Rede CGU são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Definida nova arquitetura para a Rede CGU, incluindo o edifício Sede e as demais unidades da Controladoria. Adicionalmente, em 2010, foram substituídos os switches de Core D-Link sem garantia por novos switches de Core (CISCO). Também foram substituídos 36 switches de Acesso sem garantia por novos switches de Acesso.

Ações Propostas

- Adquirir switches de distribuição;
- Substituídos os switches de Acesso sem garantia por novos switches; e
- Adquirir switches de Serverfarm, DMZ e Serverfarm segura.

Arquitetura Proposta

Vide documento Arquitetura da Rede CGU aprovado em 2010.

3.1.2.5 Reorganização da Infraestrutura de Backup

Introdução

Nos últimos anos, a CGU tem investido na internalização dos serviços de TI, antes providos por terceiros. Essa iniciativa tem objetivo de prover independência na gestão dos serviços, aumentando a flexibilidade e agilidade em sua condução. Essa independência, por outro lado, eleva também a responsabilidade, com a necessidade de se manter níveis de serviço adequados para que não impactem na condução das atividades normais da Casa.

Seguindo os preceitos de Segurança da Informação, o uso de cópias de segurança tem por objetivo a manutenção da integridade e disponibilidade da informação e dos recursos de processamento de informação, permitindo a recuperação após incidentes que comprometam a informação.

Em 2007, ciente da importância do tema, a DSI publicou a Ordem de Serviço nº 133, na qual disciplina os procedimentos para realização de cópias de segurança das informações armazenadas nos equipamentos servidores da CGU. Antes, em 2006, foram feitos os últimos investimentos em equipamentos e aplicativos que sustentam o serviço de backup, não obstante a adição de novos sistemas e serviços na rede corporativa da CGU, disponibilizados aos usuários internos e externos.

Isto posto, se faz necessária a atualização da infraestrutura que sustenta o serviço de backup, o que já foi iniciado, bem como das normas internas que tratam do tema e da capacitação do pessoal envolvido no processo.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Integração com o Cobit

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reorganização da Infraestrutura de Backup são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

A partir da revisão do cenário atual, foi proposta e aprovada uma nova arquitetura de backup para a Rede CGU. A implantação desta arquitetura se dará em etapas, de modo a permitir uma implementação incremental, de acordo com as disponibilidades financeiras.

Ações Propostas

- Implementar a nova arquitetura de backup concebida no projeto de reorganização da infraestrutura de backup.

Arquitetura Proposta

Vide documento Proposta de Reorganização da Infraestrutura de Backup aprovado no início de 2011.

3.1.2.6 Estudo para avaliar o atual modelo de listas de acesso (ACLs) aplicado às pastas de rede

Introdução

A estrutura atual das pastas de rede, criada em 2005 e provida por meio da solução SAMBA/LDAP, encontra-se com a sua performance degradada e têm-se demonstrado onerosa com relação ao controle de acesso as pastas.

Face ao exposto, faz-se necessária reavaliar a infraestrutura atual, bem como a política de controle de acesso, e propor solução para os problemas apresentados.

Integração com o CobiT

O processo e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto são:

PO4 – Definir processos, organização e relacionamentos de TI

- PO4.12 – Pessoal de TI
- PO4.14 – Políticas e procedimentos para contratados

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Elaborar estudo da estrutura de pastas de rede e propor adequações.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados do estudo em comento.

3.1.2.7 Arquitetura armazenamento/processamento da Rede CGU

Introdução

Pontos críticos na sustentação dos serviços oferecidos em uma rede, armazenamento e processamento, necessitam de constante monitoração e avaliação da capacidade instalada frente à utilização e, principalmente, frente às demandas de novos serviços.

Ademais, a expiração de prazos de garantia e suporte dos ativos de rede exigem uma atuação pró-ativa, com vistas a renová-los a preços mais econômicos ou a substituí-los por equipamentos novos.

O projeto pretende propor uma diretriz para arquitetura de armazenamento/processamento da Rede CGU capaz de suportar os serviços e soluções existentes além das novas demandas para os próximos dois anos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reestruturação da Rede CGU são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

- Não iniciado.

Ações Propostas

- Definir uma arquitetura de armazenamento/processamento da Rede CGU, bem como plano de implantação, capaz de suportar novos serviços e soluções para os próximos dois anos.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados da avaliação em comento.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.1.2.8 Análise das soluções de otimização da rede WAN

Introdução

A banda da rede WAN é um recurso limitado, por isso existe a necessidade de estudar como oferecer novos serviços com qualidade sem impactar na condução das atividades normais da Casa.

Para os próximos anos, existe a previsão de que serviços de TI como videoconferência e gestão eletrônica de documentos sejam implantados na CGU. Esses serviços demandam a utilização de banda da rede WAN uma vez que a infraestrutura que suporta tais serviços está concentrada em Brasília.

O objetivo deste projeto é analisar as tecnologias existentes e elaborar parecer quanto aos benefícios que essa tecnologia pode proporcionar à CGU.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de otimização da rede Wan são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

- Não iniciado.

Ações Propostas

- Prospectar soluções para otimização do uso do link WAN e elaborar parecer técnico com relação ao uso da tecnologia na CGU.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados da avaliação em comento.

3.1.2.9 Infraestrutura para Gestão Eletrônica de Documentos

Introdução

Com o objetivo de acessar de forma ágil as informações que estão dispersas em grandes volumes de papel, foi concebida na CGU uma solução de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), que teve como foco inicial os processos de trabalho da Corregedoria. A gestão destas exige análise, tomadas de decisão, controle de prazos e troca de informações com outros órgãos. Antes da concepção do projeto de GED as dificuldades no fluxo de trabalho de análise e tomada de decisão do processo

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

acarretavam prejuízo quanto ao andamento dos processos, eventual perda de prazo processual, má distribuição dos processos entre os analistas, enfim, perda da eficiência das atividades da CRG.

A solução de GED adotada pela CGU foi a plataforma Alfresco, em sua versão *free*, que não conta com suporte especializado e a equipe técnica da SITEC possui baixo grau de conhecimento sobre seu funcionamento.

A plataforma atual oferece uma gama de serviços como repositório de documentos, gerenciamento dos documentos, gestão de conteúdo web, gerenciamento de registros, fluxos de processos, ferramenta de colaboração. Inicialmente, a utilização está focada nas capacidades de repositório e alguns fluxos de processos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Infraestrutura de GED são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

- Não iniciado.

Ações Propostas

- Avaliar o cenário atual da infraestrutura de GED e compará-la a outras soluções de mercado;
- Adquirir scanners, monitores, placas de vídeo e outros equipamentos para apoio.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados da avaliação em comento.

3.1.2.10 Avaliação comparativa entre Samba e AD (Active Directory)

Introdução

Atualmente a CGU utiliza uma solução livre de diretório. Essa solução possui algumas restrições que impedem a integração com equipamentos como filtro de conteúdo, firewall e outros serviços.

Por outro lado, existe solução a Microsoft Active Directory, que é um serviço de diretório proprietário desenvolvido, no qual é possível gerenciar recursos de uma rede pertencente a um domínio, a qual possui integração nativa com diversos equipamentos/soluções de mercado.

Face ao exposto, este projeto tem por objetivo comparar as funcionalidades das duas soluções,

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

bem como o custo de administração de cada uma, e apresentar um parecer para o uso das mesmas na Rede CGU.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Avaliação comparativa entre as soluções Samba e AD são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

- Não iniciado.

Ações Propostas

- Realizar estudo comparativo entre as soluções Samba e AD, bem como elaborar parecer técnico com relação a melhor solução para a Rede CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.1.2.11 Estudo sobre a gestão de impressoras da CGU

Introdução

O controle de gastos com papel e insumos de impressão tornou-se um assunto importante nas organizações que se preocupam com sustentabilidade. Essa preocupação pode ser verificada no setor público quando da publicação da Instrução Normativa nº 02, que determina que os critérios ambientais devem ser levados em conta no momento da contratação.

Atualmente, para gerenciar o ambiente de impressão, a CGU utiliza duas ferramentas livres: o CUPS (Common Unix Printing System) para gerenciar as impressoras e o Curupira para gerenciar o volume de impressões por usuários. Ambas as ferramentas estão descentralizadas, isto é, cada unidade regional possui um servidor com essas duas ferramentas instaladas. Embora esse gerenciamento funcione relativamente bem, a descentralização dificulta uma visão da organização como um todo. Existe ainda a possibilidade de o usuário se conectar diretamente à impressora para burlar o controle de impressões.

Face ao exposto, o objetivo deste projeto é identificar a situação atual do ambiente de gestão de impressão da CGU, bem como propor correções e melhorias, de modo a prover ferramentas que auxiliem a CGU na gestão dos recursos de impressão.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Gestão de Impressoras são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

Estado Atual

- Não iniciado.

Ações Propostas

- Realizar estudo comparativo entre as soluções de gestão de impressoras e elaborar parecer técnico com relação a melhor solução para a Rede CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.3 Equipe de Infraestrutura de Redes

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

Condução dos processos (tal como definidos no framework ITIL) de:

- Gerenciamento de Configuração;
- Gerenciamento de Incidentes;
- Gerenciamento de Eventos; e
- Gerenciamento de Capacidade de Recursos de TI.

Fiscalização e gestão dos contratos de serviços de:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Rede WAN; e
- Hospedagem de Servidores (IDC).

Operação e gestão de serviços de infraestrutura de TI da Controladoria, a saber: Ativos de rede local (switches e outros); Serviço de Nomes e Domínios (DNS); e Serviço de endereçamento IP (DHCP); dentre outros.

Administração da sala de equipamentos do Ed. Darcy Ribeiro, local onde estão instalados os principais ativos de rede que suportam a Rede CGU;

Assessoria à Coordenação-Geral em:

1. Acompanhamento remoto da infraestrutura de TI das Unidades Regionais, com estabelecimento de contatos periódicos com os Chefes dessas Unidades.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Infraestrutura de Redes são:

AI2 – Adquirir e Manter Softwares Aplicativos

- AI2.6 – Mudanças Relevantes para Sistemas Existentes

AI3 – Adquirir e Manter Infra-Estrutura Tecnológica

- AI3.3 – Manutenção da Infra-Estrutura

DS2 – Gerenciar serviços de terceiros

- DS2.2 – Administrar o relacionamento com fornecedores
- DS2.3 – Gerenciar risco associado a fornecedores
- DS2.4 – Monitorar o desempenho de fornecedores

DS3 – Gerenciar desempenho e capacidade

- DS3.1 – Planejamento de capacidade e desempenho
- DS3.2 – Capacidade e desempenho efetivos atuais
- DS3.3 – Capacidade e desempenho futuros
- DS3.4 – Disponibilidade de recursos de TI
- DS3.5 – Monitoramento e divulgação

DS8 – Gerenciar Service Desk e Incidentes

- DS8.2 – Registro de Solicitações de Usuários
- DS8.3 – Escalonamento de Incidentes
- DS8.4 – Fechamento de Incidentes
- DS8.5 – Relatórios e Análises de Tendências

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

DS9 – Gerenciar a Configuração

- DS9.1 – Repositório de Configuração e “Baseline” (Linha de base)
- DS9.2 – Identificação e Manutenção de Itens de Configuração
- DS9.3 – Revisão de Integridade da Configuração

Ações propostas:

- Gerenciamento de Configuração - levantar e registrar os itens de configuração e seus relacionamentos para os serviços e aplicações prestados pela DSI ainda não abrangidos no processo;
- Gerenciamento de Incidentes - garantir o tempestivo restabelecimento dos serviços prestados aos usuários de TI minimizando o impacto negativo no negócio e garantindo assim o melhor nível de serviço e disponibilidade; e
- Gerenciamento de Desempenho - monitorar e detectar o atingir de limiares de utilização no dia-a-dia, analisar e ajustar desempenho, bem como recomendar a implementação de mudanças relacionadas a desempenho e capacidade dos serviços críticos da Rede CGU.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.1.3.1 Melhoria do processo de Gerenciamento de Configuração

Introdução

A Gerência de Configuração é um dos processos de gerenciamento de serviços da estrutura proposta pelo framework ITIL, que consiste em rastrear e manter um histórico das configurações de ICs (Item de Configuração, representação lógica para cada componente de infraestrutura em TI) de um sistema. Este processo utiliza as informações armazenadas no CMDB. O CMDB é um repositório de informações relacionadas a todos os componentes de um sistema de informação. Dentro do contexto do ITIL, o CMDB representa a configuração autorizada dos componentes de um ambiente de TI, ajudando a organização a compreender o relacionamento entre estes componentes e seguindo a sua configuração. O CMDB deve conter dados dos ICs, bem como histórico de mudanças, incidentes, problemas, dentre outros.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Configuração são:

DS9 – Gerenciar a Configuração

- DS9.1 – Repositório de Configuração e “Baseline” (Linha de base)
- DS9.2 – Identificação e Manutenção de Itens de Configuração
- DS9.3 – Revisão de Integridade da Configuração

Estado Atual

A CGU ainda não possui um CMDB e há diversos itens sem registro. Existem documentações desatualizadas e outras documentações individuais para determinados tipos de serviços/equipamentos. Para os switches Cisco foi instalado o software RANCID, que é capaz de capturar e comparar as configurações dos equipamentos. Para os servidores Linux, utiliza-se a ferramenta Puppet, que faz o

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

registro dos arquivos de configuração dos serviços.

Ações Propostas

- Ampliar, de forma horizontal, os parâmetros monitorados dos determinados itens de configuração, procurando ampliar a correlação entre as diversas informações capturadas, de modo a ampliar a profundidade do monitoramento do ambiente de TI.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.3.2 Melhoria do processo de Gerenciamento de Desempenho e Capacidade

Introdução

A necessidade de gerenciar o desempenho e a capacidade dos recursos de TI requer um processo que realize análises críticas periódicas do desempenho e da capacidade atuais dos recursos de TI. Esse processo inclui a previsão de necessidades futuras com base em requisitos de carga de trabalho, armazenamento e contingência. Esse processo assegura que os recursos de informação que suportam os requisitos do negócio estejam sempre disponíveis.

Além disso, tem por objetivo garantir que a capacidade de TI se justifique por seu custo, em todas as áreas da TI, e sempre exista e corresponda às necessidades de negócio acordadas, atuais e futuras, em tempo hábil.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Capacidade são:

DS1 – Definir e administrar níveis de serviço

- DS1.2 – Definição dos serviços
- DS1.3 – Acordos de níveis de serviço.
- DS1.4 – Acordos de níveis operacionais.
- DS1.5 – Monitoração e divulgação de atingimento de níveis de serviço.
- DS1.6 – Revisão de contratos e níveis de serviço

DS3 – Gerenciar desempenho e capacidade

- DS3.1 – Planejamento de capacidade e desempenho
- DS3.2 – Capacidade e desempenho efetivos atuais
- DS3.3 – Capacidade e desempenho futuros
- DS3.4 – Disponibilidade de recursos de TI
- DS3.5 – Monitoramento e divulgação

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Estado Atual

Não há Gerenciamento de Capacidade, de modo que as decisões de aquisições/contratações são feitas de forma reativa.

Ações Propostas

- Ampliar o uso das informações geradas pelo processo de Gerenciamento de Eventos para subsidiar o processo de Gerenciamento de Capacidade (viabilizar maior integração entre os dois processos citados);
- Ampliar o grau de automação das atividades do processo; e
- Elaborar Ordem de Serviço, contendo a Política e os Procedimentos relacionados ao Processo de Gerenciamento de Capacidade de Recursos de TI.
- Aprovar e publicar Ordem de Serviço, contendo a Política e os Procedimentos relacionados ao Processo de Gerenciamento de Capacidade de Recursos de TI.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.3.3 Gerenciamento da Disponibilidade

Introdução

O processo de Gerenciamento da Disponibilidade visa fornecer, com o custo adequado, um determinado nível de disponibilidade dos serviços de TI, que permita ao negócio atingir seus objetivos. Ele é responsável por garantir que os serviços de TI possam ser oferecidos de acordo com o nível de disponibilidade exigido pelos usuários/clientes, se preocupando com o desenho, a implementação, as métricas e o gerenciamento da disponibilidade da infraestrutura de TI, de acordo com as necessidades da organização. Também deveremos aplicar o gerenciamento de disponibilidade a todos os novos serviços oferecidos de acordo com os Service Level Agreements (SLAs) definidos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento da Disponibilidade são:

AI3 Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia

- AI3.2 Infraestrutura de Recursos, Proteção e Disponibilidade

DS1 – Definir e administrar níveis de serviço

- DS1.2 – Definição dos serviços
- DS1.3 – Acordos de níveis de serviço
- DS1.4 – Acordos de níveis operacionais
- DS1.5 – Monitoração e divulgação de atingimento de níveis de serviço
- DS1.6 – Revisão de contratos e níveis de serviço

Estado Atual

Não iniciado.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Ações Propostas

- Definir e implementar um processo para garantir que o nível de disponibilidade para os serviços entregues atenda ou exceda os acordos atuais e as necessidades futuras para as áreas, com eficiência de custos.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.3.4 Gerenciamento de Ambiente Físico

Introdução

A proteção de pessoas e equipamento de informática requer instalações físicas bem planejadas e gerenciadas. O processo de gerenciamento do ambiente físico inclui a definição dos requisitos do local físico, a escolha de instalações apropriadas, o projeto de processos eficazes de monitoramento dos fatores ambientais e o gerenciamento de acessos físicos. O gerenciamento eficaz do ambiente físico reduz as interrupções nos negócios provocadas por danos causados a equipamentos ou pessoas.

O objetivo do projeto de implantação do Gerenciamento de Ambiente Físico na CGU é estabelecer um processo para administração do ambiente físico do(s) centro(s) de dados, selecionar as instalações apropriadas, planejar os processos de controle de fatores ambientais e acesso físico.

Integração com o CobiT

O processo e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Ambiente Físico são:

DS12 – Gerenciar o Ambiente Físico

- DS12.1 – Seleção de local e disposição do espaço físico.
- DS12.2 – Medidas de segurança física.
- DS12.3 – Acesso físico
- DS12.4 – Proteção contra fatores ambientais
- DS12.5 – Gerenciamento das instalações físicas

Estado Atual

Para gerenciamento do centro de dados da CGU no Edifício Darcy Ribeiro, existem apenas alguns procedimentos informais e *ad hoc*.

Ações Propostas

Dentre as ações previstas para este projeto, no ano de 2011, encontram-se:

- Definir e implementar política e os procedimentos para gerenciamento do ambiente físico; e
- Avaliar e propor melhorias para a sala de servidores do Edifício Darcy Ribeiro.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.1.4 Equipe de Segurança

Atividades:

- Gestão e operação de equipamentos/soluções de segurança, a saber: firewalls; IPS/IDS; proxy e filtro de conteúdo de Internet; ferramentas de gestão de logs; e ferramentas de anti-spam.
- Elaboração de análises de segurança;
- Elaboração de relatórios gerenciais relativos à Segurança da Informação.
- Tratamento de incidentes de segurança de TI;
- Condução do processo de Gestão de Continuidade do Negócio;
- Apoio aos projetos e atividades da SITEC relacionados à Segurança da Informação;
- Elaboração de políticas e processos relacionados à segurança da informação dentro do escopo de TI; e
- Monitoramento da infraestrutura de TI com vistas a avaliar a conformidade com normativos internos de segurança e detectar ameaças aos aspectos de disponibilidade, confidencialidade e integridade dos sistemas de informação.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Segurança de TI são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.2 – Estabelecimento do contexto de avaliação de riscos
- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.3 – Gestão de Identidade
- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.6 – Definir incidentes de segurança
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Ações propostas:

- Mapear e documentar os procedimentos relacionados às atividades realizadas pela Equipe de Segurança;
- Propor políticas e procedimentos relacionados à segurança da informação, alinhados à Política de Segurança Corporativa, normas do GSI e da ABNT, em especial as normas ISO da família 27000;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Disponibilizar relatórios gerenciais para as soluções de segurança recém adquiridas;
- Capacitar a equipe com relação ao processo de governança de Segurança da Informação; e
- Monitorar a infraestrutura de TI quanto aos aspectos relacionados à Segurança da Informação.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.1.4.1 Implantação de Equipe de Tratamento de Incidentes

Introdução

A demanda para criação de processo de tratamento e resposta a incidentes, no âmbito da CGU, surge em razão da necessidade de minimizar incidentes de segurança e seus efeitos na Rede CGU, por meio de ações pró-ativas e reativas, bem como garantir conformidade à determinação do GSI, constante da Instrução Normativa No 1, de 13 de junho de 2008, que trata, no inciso V do artigo 5º, da instituição e implementação de centro de tratamento de incidentes em redes computacionais.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao Projeto de Implantação de Equipe de Tratamento de Incidentes são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.6 – Definição de incidentes de segurança
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Inicialmente o projeto foi dividido em 3 (três) etapas contemplando diversas ações para implantação do Processo de Tratamento de Incidentes. Todas as 3 (três) etapas foram concluídas até 2010 apresentando, em resumo, as seguintes ações: definição de políticas e processos de tratamentos de incidentes de rede, de vulnerabilidades, de artefatos e comunicação de incidentes. Além disso, foi definida a missão e autoridade da equipe de tratamento de incidentes de redes. Durante o processo de implantação foram identificadas novas necessidades, a saber: estabelecimento de um processo de disseminação de informações; gestão de *hardening*; capacitação da equipe quanto a forense computacional e teste de penetração.

Ações Propostas

- Aprofundar os conhecimentos e documentar o uso das ferramentas de registro/acompanhamento e de incidentes e inventário;
- Incrementar o processo de divulgação de incidentes;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Melhorar o serviço de disseminação da informação com o apoio da Assessoria de Comunicação da CGU;
- Estabelecer e operacionalizar parceria com o CTIR Gov, bem como prospectar parceria com outras instituições de tratamento de incidentes;
- Elaborar política de *hardening* e estabelecer processo automatizado de verificação de conformidade;
- Revisar o procedimento de *hardening* de servidores e criar procedimento de *hardening* para 2 (dois) outros serviços; e
- Capacitar a equipe quanto as técnicas/procedimentos para realização de testes de penetração (Pen Test) e definir procedimentos internos para realização de testes.
- Capacitar a equipe quanto as técnicas/procedimentos para forense computacional e definir procedimentos internos para realização de Forense Computacional;
- Estudar e documentar ferramenta para registro de incidentes de segurança; e
- Definir métricas para avaliar o grau de utilização dos serviços do CSIRT pelos usuários da Rede CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.4.2 Implantação do Gerenciamento de Logs

Introdução

Com o intuito de adequar o ambiente de gestão de registros da CGU aos princípios da integridade, disponibilidade e conformidade, e em atendimento à diretriz da Política de Segurança Corporativa da CGU, surge a necessidade de implementação do Gerenciamento de Logs Centralizado dos ativos relevantes de TI da CGU.

Nesse mesmo contexto, a Norma NBR ISO/IEC 27002:2005 preconiza que:

- os eventos críticos de segurança da informação, as atividades de administradores e operadores e os eventos de falha em sistemas devem ser registrados;
- os registros devem ser protegidos contra falsificação e acesso não autorizado;
- os registros e monitoramento devem ser realizados em conformidade com os requisitos legais e organizacionais; e
- o monitoramento seja realizado para validar os controles adotados e verificar conformidade com política de acesso.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Implantação do Gerenciamento de Logs são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Foram realizadas as seguintes ações em 2010:

- Instalação da solução de gestão de logs;
- Documentação da solução;
- Definição dos processos de gerenciamento de logs; e
- Ampliação dos ativos gerenciados pela solução de logs.

Ações Propostas

- Elaborar termo de referência para aquisição de ferramenta de Gestão de Logs que atenda as novas necessidades do serviço.

Arquitetura Proposta

A arquitetura da solução consiste em 3 (três) componentes:

- Cliente – responsável pela geração dos logs nos ativos gerenciados e envio para serviço de log centralizado. A configuração dos clientes será de responsabilidade do gestor do ativo gerenciado, de acordo com procedimentos definidos pela Equipe de Segurança de Redes;
- Serviço de Coleta – responsável pela coleta dos logs pela rede, armazenamento do log bruto e distribuição para os Serviços de Tratamento; e
- Serviço de Tratamento – responsável pelo tratamento das informações contidas nos logs, de forma a possibilitar um gerenciamento efetivo dos eventos por meio de consultas parametrizadas, correlação e geração de alertas.

3.1.4.3 Gestão de Continuidade de Negócio

Introdução

A CGU mantém infraestrutura tecnológica que suporta os processos críticos e essenciais às atividades de defesa dos recursos públicos e incremento da transparência da gestão pública. Essa infraestrutura tornou-se tão essencial que uma breve interrupção causa inúmeros transtornos e atrasos aos trabalhos do Órgão. Assim, torna-se fundamental a implementação da Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, que tem como objetivo minimizar o impacto sobre os serviços de TI, por meio da combinação de ações de prevenção e recuperação, assegurando a retomada do ambiente de TI, em um nível e tempo aceitáveis, previamente definidos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Gestão de Continuidade de Negócio são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

DS4 – Assegurar a Continuidade dos Serviços

- DS4.1 – Estrutura de Continuidade
- DS4.2 – Planos de Continuidade de TI
- DS4.3 - Recursos Críticos de TI

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Foram realizadas as seguintes ações em 2010:

- Elaborados e implantados planos de continuidade de negócios para dois ativos críticos da Rede CGU, a saber, IntraCGU e FDS.

Ações Propostas

- Elaborar plano de teste; e
- Elaborar plano de continuidade de negócio para ativo crítico selecionado.
- Elaborar plano de continuidade de negócio para dois ativos críticos selecionados.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.4.4 Reavaliação das configurações das Ferramentas de Segurança

Introdução

De modo a assegurar níveis adequados de segurança aos sistemas/serviços da CGU, faz-se necessária uma reavaliação crítica das configurações das ferramentas de segurança, de modo a garantir que as mesmas estejam adequadas as necessidades da Rede CGU.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reavaliação das configurações das Ferramentas de Segurança são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- PO9.5 – Reação aos riscos

AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia

- AI3.2 – Infraestrutura de Recursos, Proteção e Disponibilidade

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.2 – Plano de Segurança de TI
- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.10 – Segurança de rede
- DS5.11 – Comunicação de Dados Confidenciais

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Revisão das configurações do Filtro de Conteúdo e do Anti-spam; e
- Revisão das configurações do Firewall.
- Revisão das configurações da ferramenta de IPS.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.4.5 Elaboração e/ou revisão de Políticas de Segurança

Introdução

Políticas de Segurança são fundamentos sobre os quais a segurança da informação se sustenta. Elas regulam o uso dos ativos de TI de forma a assegurar seu uso de forma adequada e segura, garantindo a continuidade dos Sistemas/Serviços de TI e, por consequência, o atingimento das funções institucionais apoiadas em TI.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Elaboração e/ou revisão de Políticas de Segurança são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.1 Gestão da Segurança de TI
- DS5.2 Plano de Segurança de TI
- DS5.5 Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Elaboração de política para VPN e SIMBA; e
- Elaboração de política de Controle de Acesso.
- Revisão das Portarias 196 e 111.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.4.6 Desenvolvimento seguro de aplicações

Introdução

Software é um componente fundamental na automação dos processos de sistemas de informação e processos da infraestrutura computacional. Se esses processos de sistemas de informação e de infraestrutura computacional falham, seja por causas acidentais, como erros de um operador humano ou erros na programação do software, seja por causas intencionais, como ataques por um *hacker*, vários são os problemas que podem ser gerados. De fato, pode-se dizer que, de forma complementar aos incidentes de segurança decorrentes de falhas ou ataques do componente humano no trato da informação, a grande maioria dos demais incidentes de segurança da informação tem sua origem nas vulnerabilidades presentes no software. Considerado o cenário acima descrito, torna-se claro que a segurança da informação em ambientes tecnológicos depende em grande parte da adoção de segurança para a aquisição e desenvolvimento de software. Deste modo, pretende-se, através deste projeto, incrementar a segurança no processo de desenvolvimento de software da CGU assegurando que os softwares já sejam desenvolvidos levando-se em consideração aspectos de segurança, quer seja na definição arquitetural ou na codificação.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Implantação de Desenvolvimento Seguro de Aplicações são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Elaborar manual de boas práticas para codificação segura;
- Avaliar a arquitetura de desenvolvimento de software existente e propor melhorias com relação aos requisitos de segurança; e
- Elaborar plano de teste com o objetivo de avaliar se as boas práticas propostas estão sendo seguidas.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.5 Equipe de Administração de Rede

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Operação e gestão de serviços de infraestrutura de TI da Controladoria, a saber: IntraCGU; Samba / CUPS (Compartilhamento de arquivos e impressoras); LDAP – Serviço de autenticação; Correio eletrônico Expresso e Exchange; Mensageria instantânea (Openfire / Pandion); Transferência de arquivos (FTP e Qware); Ambiente de virtualização; Equipamentos servidores em geral; Infraestrutura dos serviços Web (Portal da Transparência, Portalzinho, BVC, Web Services); Serviços de Bancos de Dados para uso em aplicações e demais serviços; dentre outros.
- Condução dos processos de Gerenciamento de Acesso e Gerenciamento de Dados (Cópias de Segurança e Restauração de Dados);

Atualização de softwares Microsoft das estações de trabalho, notebooks e servidores; e

Gerenciamento e atualização de software antivírus.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Administração de Rede são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.1 – Plano para a aquisição, implementação e manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.2 – Implementação de segurança e garantia de disponibilidade dos recursos de infraestrutura
- AI3.3 – Manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.4 – Ambientes de desenvolvimento e de testes de homologação

AI4 – Facilitar a operação e o uso

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- AI4.1 – Planejamento de soluções de operação
- AI4.3 – Transferência de conhecimento para usuários finais
- AI4.4 – Transferência de conhecimento para operação e pessoal de suporte

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.3 – Gestão de Identidade

Ações propostas:

- Manter a estabilidade, disponibilidade e desempenho adequado dos diversos serviços de infraestrutura, que atendem direta ou indiretamente os usuários.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.1.5.1 Mapear e documentar os procedimentos relacionados aos principais serviços da Rede CGU

Introdução

Atualmente a documentação dos procedimentos operacionais executados pela equipe de Administração de Redes encontra-se hospedada no repositório DSIWiki, de forma desestruturada e desatualizada, o que compromete a eficiência e eficácia das ações da equipe, quando da necessidade de intervenção nos diversos serviços da Rede CGU.

O projeto supracitado visa à criação ou revisão da documentação atualmente existente, de forma a garantir que as técnicas e os procedimentos operacionais sejam padronizados e executados em breve período.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associado ao projeto de Atualização de Equipamentos e Sistema Operacional são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

Estado Atual

Em linhas gerais, a documentação encontra-se desestruturada e desatualizada.

Ações Propostas

- Criar e/ou revisar a documentação dos seguintes serviços: Correio Eletrônico, Serviço de Backup, Serviço de Impressão, IntraCGU; Serviço de atualização automática de softwares Microsoft e Antivírus.
- Criar e/ou revisar a documentação dos seguintes serviços: Servidor de Arquivos, Serviço de Diretório, Banco de dados, Virtualização, Serviço de armazenamento (Storage/Fitoteca); Mensageria instantânea e Rede local das unidades regionais.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.1.6 Equipe de Gestão de Ativos e Contratos

Atividades

As principais atividades da equipe são:

- Controle da movimentação de ativos de TI (hardware e software) entre as unidades da CGU;
- Gestão do CATI – Controle de Ativos de Tecnologia da Informação (sistema de informação que integra inventário de hardware e software da CGU);
- Inventário anual de TI – levantamento in loco de equipamentos de TI, unidades e usuários responsáveis;
- Controle e registro dos softwares homologados pela DSI e respectivos Termos de Autorização de Uso;
- Destinação de equipamentos de TI danificados e/ou obsoletos para desfazimento.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da equipe de Gestão de Ativos e Contratos são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.1 – Plano para a aquisição, implementação e manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.2 – Implementação de segurança e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura

DS9 – Gerenciar a Configuração

- DS9.1 – Repositório de configuração e valores de referência
- DS9.2 – Identificação e Manutenção de Itens de Configuração
- DS9.3 – Revisão de Integridade da Configuração

Ações Propostas

- Garantir o controle sobre a localização, a movimentação e o estado dos Ativos de TI em uso nas diversas unidades da CGU, por meio de registro tempestivo no sistema CATI e de inventário anual do parque de equipamentos.

Projetos

- Estudar e propor nova metodologia para inventário de equipamentos de TI;
- Estudar e propor nova metodologia para gestão de licenças de software;
- Levantar os requisitos para desenvolvimento do CATI 2.0.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2 Atividades e Projetos da Área de Sistemas de Informação

3.2.1. Equipe EPLAC - Equipe Planejamento, Correição e Ouvidoria:

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

- Desenvolvimento de novos sistemas e soluções para apoiar as atividades das áreas de Ouvidoria (OGU), Correição (CRG) e Planejamento (Aesp);
- Manutenção e evolução dos sistemas SGI (Sistema de Gestão de Informações), CGU-Pad (Sistema de Gestão de Processos Disciplinares), CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e Formulário de Denúncias;
- Participação nas atividades de melhoria contínua referentes a processos de governança, tais como Análise de Pontos de Função, Processo de Desenvolvimento de Software, Processo de Gestão de Projetos e arquitetura de desenvolvimento.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

- PO8 – Gerenciar Qualidade
- PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI
- PO10 – Gerenciar Projetos
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas
- AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação
- AI6 – Gerenciar Mudanças
- AI7 - Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças
- DS9 – Gerenciar a Configuração
- DS10 – Gerenciar os Problemas

Ações Propostas:

- Atualização tecnológica da plataforma de desenvolvimento das aplicações para a versão 2010 da ferramenta “Microsoft Visual Studio”;
- Estudo de viabilidade de adoção de técnicas ágeis para o desenvolvimento, tais como Scrum, XP, entre outras;
- Apoio na avaliação/atualização das ferramentas para controle de demandas, gerenciamento de projetos, controle de versão, controle de ciclo de vida de aplicações, integração contínua, gerenciamento e execução de testes, análise estática de código e deploy;
- Condução de projetos com empresas contratadas;
- Apoio no planejamento de ações para controle de qualidade e melhoria contínua do processo de desenvolvimento de software.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos pela equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.1.1. SGI

Introdução

O SGI - Sistema de Gestão de Informações - foi implantado em 2005, inicialmente para atender necessidades urgentes de informatização da gestão de processos e documentos na CGU. Com a evolução do sistema, este se tornou uma importante ferramenta operacional e gerencial, com diversos módulos e transações atendendo às áreas meio e finalística do Órgão. Assim, o número de manutenções evolutivas e de aperfeiçoamentos tem crescido ano a ano, fruto de demandas dos usuários. No decorrer do ano de 2010, foram atendidas **232 demandas**, entre projetos, manutenções evolutivas e corretivas, consumindo o total de **6.791 horas** de esforço.

Estado Atual

Dentre as ações implantadas no ano de 2010, pode-se destacar:

- Gestão Eletrônica de Documentos – GED, implantado como projeto piloto nas unidades: CRG/CORAS/MPS, DGI/CGSS e SFC/DRAGR;
- Melhorias nos módulos do Controle Interno, Correição, CGU-Prod e Demandas Externas, para atendimento de necessidades das respectivas áreas usuárias;
- Sistema de Recursos Humanos – Módulo Férias;
- STI - Envio de dados de terceirizados - plataforma para recebimento de dados enviados por entidades externas à CGU.

Ações Propostas

Estão previstas, para o período deste PDI, as seguintes ações, apresentadas pelas respectivas áreas gestoras:

- Evolução do “Módulo Correição” do SGI, de modo a contemplar melhorias nos relatórios e pesquisas de processos correicionais;
- Desenvolvimento do módulo de “Inspeções Correicionais”, para o registro e gestão dos relatórios de inspeções correicionais;
- Implantação da “Gestão Eletrônica de Documentos”, possibilitando que todo o ciclo de vida dos processos e documentos, desde o registro até o arquivamento, seja realizado de forma eletrônica;
- Desenvolvimento do módulo “Ouvidoria” do SGI, para registro e gestão de manifestações de cidadãos em matéria de ouvidoria;
- Desenvolvimento de consulta gerencial denominada “Tela de Consolidação”, que conterà informações de todos os módulos do SGI, referentes a um processo;
- Implementação de evoluções no módulo do CGU-Prod, tais como novas consultas, pré-cadastro de documentos, melhorias em editores de despacho e arquivamento;
- Implementação de evoluções no módulo Controle Interno, de modo a contemplar outras

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

demandas das unidades, tais como a criação de qualificadores de Nupe, para viabilizar o controle das demandas externas relacionadas a marcadores específicos, e adaptações para a base do Novo Ativa, com vistas a manter a consolidação de todas as OS no Ativa Gerencial.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.1.2. Resposta ao Cidadão

Introdução

Com vistas a fortalecer o contato da CGU com a sociedade, pretende-se oferecer ao denunciante, por meio de interface no site da CGU, e aproveitando as informações já disponíveis nos sistemas internos, respostas padronizadas sobre o tratamento dado pela Controladoria à denúncia realizada.

Para avaliar o quantitativo tratado, apenas no ano de 2010 foram registradas 5.302 manifestações classificadas como “denúncia/representação”.

Estado Atual

Atualmente, o cidadão não tem resposta sobre o andamento de suas denúncias.

Ações Propostas

Desenvolver sistema para a disponibilização automática do andamento/situação das denúncias, e um formulário na Internet onde o cidadão possa, por meio de um protocolo emitido no momento da apresentação da denúncia, obter tais informações.

Arquitetura Proposta

Para manter compatibilidade e melhor aproveitamento dos servidores disponíveis para a aplicação, propõe-se adotar o servidor de aplicações IIS com .Net Framework 4.0 e banco de dados SQL Server.

3.2.1.3. Legislação interna - Consulta à base de dados de normativos

Introdução

Atualmente a CGU produz uma série de documentos normativos que são desconhecidos pela maioria dos servidores, devido, em grande medida, às dificuldades de consulta aos normativos referentes a um determinado assunto e à indisponibilidade de documentos atualizados, contendo indicação de textos alterados ou revogados.

A otimização do processo de disponibilização de normativos internos depende de duas ações: (a) pesquisa e atualização da base normativa e (b) ferramenta informatizada para disponibilizar os normativos e facilitar sua consulta.

A primeira ação foi executada pela AESP, que fez um levantamento detalhado dos normativos expedidos pela Casa entre 2006 e 2008, realizando a indexação sempre que necessário (totalizando cerca de 1.300 documentos). A ASJUR ficará responsável pela atualização constante da base, a partir da disponibilização da ferramenta informatizada. A segunda ação depende de solução a ser proposta pela DSI.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Estado Atual

Serviço não disponível para os servidores da CGU.

Ações Propostas

- Catalogar os normativos internos;
- Alterar o sistema NUMDOC para cadastro de normativos internos;
- Desenvolvimento de serviço de registro, indexação e recuperação dos normativos internos por assunto e palavras-chave.

Arquitetura Proposta

Propõe-se adotar a plataforma Alfresco, já em uso na DSI, para o armazenamento dos normativos internos. Como vantagem da plataforma, pode-se citar que esta já contempla a funcionalidade de buscas textuais nos documentos.

3.2.1.4. Sistema CGU-PAD

Introdução

Atualmente, o registro, o controle e o acompanhamento dos processos disciplinares e administrativos ocorridos no âmbito do Governo Federal são efetuados por meio do Sistema CGU-Pad, implantado no primeiro semestre de 2007. Sua utilização é regulada pela Portaria n.º 1.043, de 24 de julho de 2007, pelo Termo de Uso e os manuais do sistema.

Estado Atual

O Sistema está em produção e em uso por diversos órgãos da Administração Pública Federal. Foi aberto, em 2008, um projeto de melhorias, que, não obstante a atuação da CGU, não foi concluído pela empresa contratada (SERPRO).

Ações Propostas

Devido às dificuldades enfrentadas com o fornecedor deste serviço (SERPRO), decidiu-se, em conjunto com o gestor, pela internalização do ambiente de produção do CGU Pad, bem como o desenvolvimento dos projetos de melhorias remanescentes, pela DSI, com o apoio de nova empresa contratada pela CGU, ao final de 2010.

Assim, são previstas as seguintes ações, para o período deste PDI:

- Projeto de internalização da produção do CGU Pad;
- Projeto de inovações e melhorias no CGU Pad;
- Projeto de Desenvolvimento de Integração com outros órgãos (Web Service).

Arquitetura Proposta

A aplicação em produção usa o servidor TOMCAT e é desenvolvida em Java, sem utilização de frameworks específicos; já a versão em homologação está desenvolvida em Jboss e usa o framework Jboss SEAM. Pretende-se manter a arquitetura da versão em homologação, em razão de ser aderente à arquitetura Java definida para a CGU.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.1.5. CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Introdução

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela CGU que tem como objetivo consolidar o cadastro das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas.

Estado Atual

Hoje, o sistema do Cadastro só permite o registro das sanções aplicadas pela Administração Pública como declaração de inidoneidade ou suspensão temporária. A Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010, define novos tipos de sanções que precisam ser contemplados pelo CEIS.

Ademais, a forma de acesso às informações atualmente é bastante restrita, sendo apresentada apenas uma listagem de empresas, em página única, sem possibilidade de pesquisa e filtragem de resultados.

Ações Propostas

Para conferir maior efetividade e flexibilidade ao CEIS, faz-se necessária a alteração do sistema do Cadastro já existente no Portal da Transparência. A ideia é melhorar os filtros de pesquisa e a qualidade das informações disponíveis, incluindo novas formas de busca, aumentando o rol de tipos de sanções e melhorando a maneira como são disponibilizadas as punições.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.1.6. Busca no Diário Oficial da União para a Corregedoria

Introdução

Os bancos de Punidos, de Reintegrados e do CEIS são atualmente atualizados por meio de consultas disponíveis em leitores de arquivos em formato PDF, em Diários Oficiais da União (formato eletrônico) e de informações diariamente publicadas pelas diversas Unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. A coleta desses dados de forma não automatizada possibilita a ocorrência de diversos erros, além de demandar alto consumo de tempo dos servidores.

Desta forma, pretende-se desenvolver ou adquirir solução informatizada que efetue consultas automáticas Diário Oficial da União – DOU, a partir de parâmetros definidos pelo usuário (termos de consulta, período, relação entre termos e publicações), retornando ao usuário recortes de publicações que contenham os parâmetros informados.

Os resultados das pesquisas devem, ainda, ser quantificados e armazenados, a fim de facilitar eventual conferência dos dados extraídos.

Estado Atual

A busca é realizada manualmente pelos servidores da CRG, através de diversas palavras-chave, nos arquivos do diário oficial.

Ações Propostas

Desenvolvimento do serviço de busca automatizada e cadastro dos resultados.

Arquitetura Proposta

Propõe-se adotar a plataforma Alfresco, já em uso na DSI, para o armazenamento dos diários oficiais.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Como vantagem da plataforma, pode-se citar que esta já contempla a funcionalidade de buscas textuais nos documentos.

3.2.2. Equipe ECONT - Equipe Controle Interno:

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

- Desenvolvimento de novos sistemas e soluções para apoiar as atividades da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC);
- Manutenção e evolução dos sistemas Ativa, MonitorWeb e SAEAC.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

- PO8 – Gerenciar Qualidade
- PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI
- PO10 – Gerenciar Projetos
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas
- AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação
- AI6 – Gerenciar Mudanças
- AI7 - Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças
- DS9 – Gerenciar a Configuração
- DS10 – Gerenciar os Problemas

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.2.1. Novo Ativa

Introdução

O Sistema Ativa é a ferramenta que dá suporte ao registro de dados produzidos em virtude das atividades de auditoria, fiscalização e ações de prevenção da corrupção realizadas pela CGU. Este sistema abrange as etapas de planejamento e execução dessas atividades.

O custo de produção em ambiente mainframe do sistema Ativa era elevado e havia pouca agilidade com relação à implementação de mudanças essenciais demandadas pela CGU.

Diante desse cenário, surgiu o Projeto Novo Ativa, com o objetivo de resolver problemas relacionados ao custo, agilidade de evolução e usabilidade, dentre outros aspectos.

Atualmente, o Sistema Novo Ativa requer manutenções corretivas e evolutivas demandadas pelas áreas da CGU, com especial destaque à necessidade de revisão e melhoria contínua do código/ambiente da

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

referida aplicação, o qual foi internalizado pela equipe da CGU e ainda carece de ajustes que viabilizem a adequada performance/utilização da ferramenta..

Estado Atual

O projeto foi desenvolvido com base na especificação do Sistema Ativa que se encontrava em produção no Serpro, e foi implantado na CGU no segundo semestre de 2010. É composto pelos seguintes módulos:

- Módulo Planeja - Comporta as fases “Mapeamento”, “Hierarquização”, “Priorização”, “Documentação Básica” e “Geração de PACs e OSs”;
- Módulo Ações (ou Execução) - Comporta as fases “Planejamento da execução”, “Realização da Ação de Controle”, “Homologação” e “Emissão de Relatórios” individuais e consolidados.

Seguem as principais deficiências/necessidades identificadas:

- Sistema apresenta lentidão excessiva, reportada por diversos usuários da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e das Unidades Regionais da CGU, fazendo-se necessária a avaliação da infraestrutura atual que atende à solução, contemplando os ajustes para maximização da disponibilidade do sistema, se necessário;
- Os relatórios gerados pelo sistema necessitam aprimoramento, tanto na forma quanto no conteúdo;
- Ainda existe grande quantidade de OSs/relatórios no antigo Sistema Ativa, em produção no Serpro, os quais necessitam ser migrados para o ambiente da CGU;
- Inexiste, no sistema, histórico de revisão/homologação das ações de controle, gerando retrabalho no processo e dificultando o gerenciamento das alterações realizadas;
- Dificuldade/incapacidade de formatação de texto, tabelas e imagens na ferramenta de edição disponível no sistema;
- Necessidade de aperfeiçoar o trabalho de planejamento de OSs, uma vez que o sistema dispõe apenas de planejamento individual;
- Impossibilidade de acesso externo ao sistema;
- A revisão das ações de controle pelo supervisor da unidade executora não está estruturada;
- Impossibilidade de consolidar resultados dos questionários aplicados durante a execução das ações de controle.

Ações Propostas

- Identificar e implementar ações para melhoria do tempo de resposta do sistema, contemplando, dentre outros aspectos, a revisão da infraestrutura que atende à aplicação; Relatório Consolidado Contas - Alteração do mecanismo de geração, no sistema, dos relatórios consolidados de contas e criação de transações auxiliares ao processo;
- Relatório de Sorteio Reconstruir, sob novo modelo – em especial de apresentação -, todos os relatórios de sorteio de municípios;
- Migrar as OSs que ainda estão no SERPRO, bem como importar os respectivos relatórios, de modo a concluir a internalização do sistema na CGU e viabilizar a redução dos valores pagos à referida empresa;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Controle de versões - Implementar modificações no processo de homologação e revisão das OSs, com vistas a permitir o adequado controle das alterações realizadas pelos diversos intervenientes do processo;
- Editor - Identificar, com os usuários do sistema, as principais dificuldades no uso da ferramenta atual, bem como os ajustes necessários para que a mesma atenda às necessidades do Órgão;
- Planejamento simultâneo de Ações de Controle - Criação, dentro do Novo Ativa, de funcionalidade para permitir o planejamento da execução de várias OSs;
- Acesso Externo - Disponibilizar o Novo Ativa via Extranet CGU, com o objetivo de permitir, aos usuários da Controladoria, o uso da ferramenta quando da realização de atividades externas, trazendo maior agilidade/tempestividade aos trabalhos;
- Publicação de Relatórios - Disponibilização automatizada dos relatórios das auditorias anuais de contas para as unidades jurisdicionadas;
- Funcional Multivalorada - Possibilitar que mais de uma funcional seja associada às OSs, com vistas a viabilizar o registro e a gestão de ações que contemplem mais de um Programa de Governo;
- Criação de fluxo de revisão das OSs - Criar uma espécie de trâmite das OSs das equipes executoras para um supervisor de execução da unidade executora;
- Consolidação de Questionários - Implementar o processo de consolidação de questionários para o Novo Ativa;
- Roteirização - Implementar mecanismos para permitir a realização, no sistema, de processo de priorização de OSs para atuação da CGU;
- Certificação - Adaptar o sistema para que trabalhe com o rol de responsáveis do SIAFI, de modo a exibir as informações de cargos dos responsáveis por determinada constatação.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.2.2. Monitoramento das Recomendações – Novo Monitor (SFC)

Introdução

O Monitoramento das recomendações é realizado atualmente pelo Sistema MonitorWEB, anteriormente desenvolvido/mantido pelo Serpro e internalizado pela CGU, em 2009.

Não obstante, faz-se necessário reformular a ferramenta, de modo que a mesma melhor reflita as atuais necessidades da SFC, em especial no tocante à possibilidade de acesso externo pelos gestores envolvidos nos trabalhos.

Estado Atual

O sistema MonitorWeb não reflete o atual processo de trabalho da SFC, apresentando problemas de integração com os sistema Ativa e SGI, além de não permitir acesso aos usuários externos.

Várias evoluções foram demandadas ao longo do tempo, que não puderam ser atendidas em virtude de limitações de pessoal e também da modelagem e tecnologia envolvidas.

Ações Propostas

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Cadastro de Gestores e Auditorias Internas - Implementar cadastro de gestores públicos e auditorias internas vinculados à estrutura da administração pública; com fins de viabilizar a comunicação de tais atores com os sistemas da CGU;
- Novo sistema de monitoramento das recomendações – Novo Monitor: Construir novo sistema para refletir as atuais necessidades da SFC conforme o novo processo de acompanhamento das recomendações elaborado pela referida Secretaria.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.2.3. Novo TCE

Introdução

A Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial – DPPCE/SFC é responsável pela emissão de certificado, parecer ou pronunciamento ministerial sobre os relatórios de Tomada de Contas Especial executados pelos Gestores Federais, além de realizar o acompanhamento dos julgamentos das TCEs e do atendimento a demandas externas, relativas ao tema. Atualmente é o Sistema Ativa, ainda em mainframe no SERPRO, que dá suporte às atividades descritas acima.

A proposta do Novo TCE é desenvolver um novo sistema em ambiente web que dê suporte às atuais necessidades da SFC.

Estado Atual

Atualmente, a análise e o registro das informações sobre os relatórios das TCEs são realizados em módulo específico do Sistema Ativa mainframe, denominado AtivaTCE.

Do exposto, pretende-se desenvolver sistema específico para esta finalidade, em ambiente tecnologicamente mais atualizado, integrado às demais ferramentas mantidas pela DSI e que permita o adequado e tempestivo atendimento a necessidades de trabalho da SFC.

Ações Propostas

- Especificação e desenvolvimento de sistema para Tomada de Contas Especiais (Novo TCE), em substituição ao módulo no Sistema Ativa, mantido pelo SERPRO.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.2.4. Sistema para Fixação e Aferição de Metas (SFC)

Introdução

As portarias SE 1.833, de 16/09/2009, e 1.832, de 16/09/2009, determinaram a criação de sistema de aferição de metas, para toda a CGU, com vistas a integrar dados oriundos de outros sistemas, como Fort, Ativa, Monitor Web, dentre outros. No entanto, o registro/controle de tais informações ainda não ocorre de modo adequado

Estado Atual

Atualmente, utiliza-se planilhas para realização das atividades em comento, que dificultam a organização e gestão do conhecimento, tendo em vista que as regras de negócio ficam dispersas em arquivos do tipo .xls.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Além disso, a coleta e o tratamento dos dados, de forma manual, geram alto dispêndio de recursos humanos, além de dificultar o acompanhamento da aferição em tempo real do cumprimento das metas pelas Coordenações da SFC e Unidades Regionais.

Dada a complexidade do processo de fixação e aferição de metas, faz-se necessária a criação de um sistema informatizado que permita simplificar e racionalizar a alimentação, monitoramento e avaliação do cumprimento das metas.

Ações Propostas

- Especificação e desenvolvimento de sistema para fixação e aferição de metas.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.2.5. Sistema S (SFC)

Introdução

As entidades que compõem o Sistema "S" (SENAI, SESI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SESCOOP, SENAR, dentre outras) não integram a Administração Pública Direta ou Indireta e, conseqüentemente, não utilizam os sistemas informatizados de gestão governamental - SIAFI, SIAPE, SIGPLAN, SICON etc.

Dessa forma, cada Entidade possui seus próprios sistemas de gestão, o que prejudica o monitoramento tempestivo e a realização de análises/cruzamento automatizado de dados relacionados aos atos de gestão das Entidades.

Estado Atual

Atualmente, a SFC armazena em banco de dados próprio as principais informações de gestão das Entidades do Sistema "S", como: licitações, convênios, pessoal, patrimônio, diárias e passagens, contabilidade e indicadores de desempenho de suas ações finalísticas.

Ações Propostas

- Especificação e desenvolvimento de solução de Banco de Dados para recebimento, validação e armazenamento de informações de gestão das entidades do Sistema "S".
- Prevê-se que as Entidades periodicamente façam a extração das informações necessárias, em layout pré-definido, para alimentar a base de dados da CGU. As extrações - em arquivos criptografados e assinados digitalmente - e o respectivo encaminhamento para a CGU serão de responsabilidade de cada Entidade. À CGU caberá validar e importar o conteúdo dos arquivos para o banco de dados a ser desenvolvido.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.2.6. Sistema SISObras (SFC)

Introdução

Para o acompanhamento das Obras Públicas a SFC necessita de ferramentas informatizadas que forneçam subsídios à auditoria, identificando objetos dos contratos, cronograma de implementação, empresa(s) executora(s), problemas encontrados, situação da obra, OS expedidas, dentre outras.

O sistema informatizado de acompanhamento deve permitir a recuperação tempestiva dos dados

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

consolidados sobre a situação do empreendimento e sobre os agentes envolvidos.

Estado Atual

As informações sobre o andamento das obras e seus envolvidos ficam dispersas nos relatórios emitidos pelo sistema Novo Ativa, o que dificulta a identificação de possíveis problemas e torna inapropriado o acompanhamento da execução das obras, que não ocorre de forma tempestiva.

Ações Propostas

- Especificação e desenvolvimento de ferramenta (SisObras) que permita acompanhamento sistemático e tempestivo de informações consolidadas sobre a situação de obras públicas, bem como dos respectivos agentes envolvidos.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.3. Equipe EPREV - Equipe Prevenção da Corrupção

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

- Processamento e carga das bases de dados que alimentam o Portal da Transparência, com periodicidade mensal e diária, incluindo informações de servidores, empresa inidôneas e suspensas, convênios, receitas, dentre outros;
- Carga das informações do Portal Copa 2014;
- Realização de apurações.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

- PO8 – Gerenciar Qualidade
- PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI
- PO10 – Gerenciar Projetos
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas
- AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação
- AI6 – Gerenciar Mudanças
- AI7 - Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças
- DS9 – Gerenciar a Configuração
- DS10 – Gerenciar os Problemas

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.3.1. Portal da Transparência

Introdução

O Portal da Transparência foi implantado em novembro/2004 e tem como principal objetivo dar transparência aos gastos públicos para o cidadão, promovendo e incentivando o controle social.

Desde sua criação, o Portal tem evoluído mediante o desenvolvimento de novas consultas, novos módulos e a modernização do leiaute. O Portal atualmente consiste nos módulos Despesas, Receitas, Convênios, CEIS, Servidores, Transferências a Estados e Municípios, Despesas Diárias, Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

Até 2008, o Portal da Transparência era mantido pelo Serpro, oportunidade em que foi internalizado pela CGU. Desde então, faz-se cada vez mais crescente a necessidade de incorporar novas funcionalidades à ferramenta, bem como de incrementar/ajustar a infraestrutura tecnológica e o ambiente de desenvolvimento que a atendem,

Estado Atual

O Portal da Transparência está chegando à marca de 1 bilhão e cem milhões de registros carregados, demonstrando um volume financeiro da ordem de 8,2 trilhões de reais (dados de março/2011). O número de visitantes cresce constantemente. A média mensal de visitas registradas até abril de 2011 é de 215 mil visitas.

A ferramenta é, atualmente, constituída pelos seguintes módulos:

- Despesas – Primeiro e principal módulo do Portal, internalizado pela CGU em abril de 2008, com 17 consultas disponíveis;
- Receitas – Módulo lançado no fim de 2009, com 02 consultas disponíveis, podendo-se combinar as consultas a partir de vários níveis;
- Convênios – Módulo incorporado ao Portal em dezembro de 2008, com 05 consultas disponíveis;
- CEIS – Módulo lançado no fim de 2008 e regulamentado pela Portaria 516 de 16/03/2010, com 04 consultas disponíveis;
- Servidores – Módulo lançado no fim de 2009 com os dados de todo pessoal ativo cadastrado no SIAPE e dados dos servidores do Banco Central, com 05 consultas disponíveis;
- TEM – Sites e webservices para todos os estados e municípios com as Transferências a Estados e Municípios, lançado no fim de 2009;
- Copa 2014 – Subsite desenvolvido para atender ao Decreto nº. 7033/2009;
- Olimpíadas 2016 – Subsite desenvolvido para atender ao Decreto nº. 7033/2009;
- Despesas Diárias – Módulo implantado para atender à Lei Complementar nº. 131/2009.

Ações Propostas

- Análise, no âmbito do Grupo Operacional do Portal da Transparência, e viabilização de demandas evolutivas, tais como:
 - Disponibilização de nova versão - V8 – da consulta Despesas Diárias, com melhorias relativas a inclusão de documentos com moeda diferente de Real, inclusão de Ordens Bancárias – OBs não extra-orçamentárias, carga de documentos relativos ao FAT, carga de documentos Nota de Sistema - NS do exterior, carga de documentos NS de cancelamento de OB, dentre outras melhorias e correções;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Retirada de qualquer obstáculo técnico que inviabilize/dificulte a obtenção automática das planilhas disponibilizadas para download;
 - Ajustes nas informações sobre situação dos dados do Portal, para melhor entendimento pelo usuário;
 - Utilização de arquivos de benefícios efetivamente pagos para atualização das informações sobre benefícios sociais no Portal;
 - Disponibilização de dados sobre o Cartão de Pagamentos de Defesa Civil, instituído pelo Ministério da Integração Nacional para utilização, pelos estados e municípios, na ocorrência de catástrofes nas localidades;
 - Divulgação de informações provenientes do Ministério do Trabalho e Emprego relativas a seguro-desemprego, seguro-defeso e outros;
 - Revisão da sistemática para tratamento de Ordens Bancárias no Portal, em especial das que foram canceladas;
 - Aprimoramento da consulta por favorecidos com a inclusão de novas opções;
 - Substituição de intermediários, como Banco do Brasil e Caixa, pelos favorecidos finais dos recursos;
 - Inclusão de extratos das contas de convênios.
- Reestruturação da sistemática de Processamento e Homologação das cargas, com vistas a melhor otimizar e documentar procedimentos;
 - Implementação de gerência de configuração, padronização e controle de versões"Revisão da Infra estrutura tecnológica do Portal, com vistas a garantir maior robustez e alta disponibilidade;
 - Construção de novos módulos ou reformulação de módulos existentes no Portal da Transparência, a saber:
 - Reforma na seção Copa 2014 do Portal da Transparência, com vistas a ampliar a gama de informações disponibilizadas ao cidadão, bem como facilitar/otimizar o encaminhamento dos dados que alimentam o site, pelos respectivos órgãos/entidades; Reforma na seção Jogos Olímpicos do Portal da Transparência.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.3.2. Sistema de Acompanhamento dos gastos dos Cartões de Pagamento do Governo Federal

Introdução

A Diretoria de Informações Estratégicas - DIE gera mensalmente uma série trilha de auditoria baseadas no extrato dos gastos dos Cartões de Pagamento do Governo Federal, que são disponibilizadas à Secretaria Federal de Controle Interno por meio de planilhas, não havendo, desta forma, ferramenta que automatize o processo de análise das informações.

Estado Atual

A DIE preparou protótipo da solução em comento, a qual será utilizada como ponto de partida para os trabalhos no âmbito da DSI.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Ações Propostas

- Desenvolvimento de sistema via WEB, para consulta, pelos auditores, dos dados referentes a todas as transações realizadas com os cartões de pagamento, bem como inserção de encaminhamentos, justificativas e pareceres feitos nas respectivas transações.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.3.3. Portal Corporativo para o Observatório da Despesa Pública

Introdução

A disseminação das informações produzidas pela Diretoria de Informações Estratégicas, por meio do Observatório da Despesa Pública – ODP, ainda ocorre de forma *ad hoc*, por meio de troca de arquivos e/ou expedição de documentos oficiais para casos específicos.

Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema de portal corporativo para ODP, que viabilize a adequada disseminação das informações estratégicas produzidas pela DIE.

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

Desenvolvimento e manutenção de portal corporativo para o Observatório da Despesa Pública.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.3.4. Ferramenta para a Escola Virtual da CGU

Introdução

Inúmeros cidadãos e servidores solicitam uma maneira de manterem-se informados sobre os cursos da Escola Virtual da CGU, uma vez que a visita periódica ao site da Controladoria nem sempre é eficaz, já que as vagas dos cursos esgotam-se rapidamente.

Assim, faz-se necessária a criação de ferramenta para registro de interesse em cursos da Escola Virtual da CGU e comunicação com os interessados.

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Criação de formulário eletrônico para cadastramento nos cursos, associado a ferramenta para envio de e-mails aos cadastrados, possibilitando assim quantificação dos interessados e estabelecimento de comunicação ágil e eficiente com o público.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.3.5. Portal Infantil da CGU

Introdução

Implementação de novo modelo do Portal Infantil da CGU (Criança Cidadã – Portalzinho da CGU), para adequar sua estrutura, leiaute e conteúdo às recomendações feitas por consultoria de pedagogia e empresa de produção artística.

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Adequar a estrutura atual às necessidades da SPCI, sobre a qual serão executadas as modificações recomendadas.

Arquitetura Proposta

Será mantida a arquitetura de Portal Internet hoje existente.

3.2.3.6. Cadastro Pró-Ética

Introdução

O Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade - Cadastro Empresa Pró-Ética, lançado no dia 9 de dezembro de 2010, é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público.

Para que as empresas possam encaminhar informações sobre as práticas empresariais que adotam, é necessário desenvolver um sistema de informação que permita a inserção de informações pelas empresas e avaliação destas informações pela Secretaria-Executiva da CGU e pelo comitê gestor do Pró-Ética.

Estado Atual

Está em fase de implantação em produção a fase 1 do projeto, que contempla as funcionalidades relativas às empresas (solicitação de adesão, cadastramento de usuários, preenchimento e envio de questionário).

Na sequência será realizada a fase 2 do projeto, contemplando as funcionalidades da Secretaria-Executiva (avaliação e aprovação/reprovação de pedido de adesão, recebimento, avaliação e confirmação de questionário) e do comitê gestor (recebimento e julgamento de formulário confirmado).

Ações Propostas

Desenvolvimento de sistema informatizado composto pelas seguintes funcionalidades principais:

- Criação de questionário a ser respondido pela empresa, pela Internet, de forma segura (autenticação) e com opção de anexar arquivos probatórios de práticas adotadas;
- Criação de banco de dados na CGU, onde deverão ser armazenadas as respostas e os documentos disponibilizados pelas empresas.

Arquitetura Proposta

Sistema em ambiente web (Internet), na plataforma Java, utilizando banco de dados SQL Server 2005.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.4. Equipe EGCOR - Equipe Gestão Interna, Comunicação e TI

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

Manutenção de sistemas legados, dentre os quais:

- IntraCGU;
- Biblioteca Virtual sobre Corrupção – BVC;
- Banco de Permutas;
- Clipping CGU;
- Site da CGU;
- ATIVA Serpro, FORT e SIGA;
- SCAP - Cálculo de Aposentadoria.

Serviços, com destaque para:

- Cadastro de Login/Senhas para diversos sistemas do Órgão;
- Demandas relacionadas às Páginas da Transparência;
- Participação no processamento dos dados no Portal da Transparência;
- Participação nos eventos de Sorteio de Municípios e Estados;
- Elaboração de Termos de Referência para contratações diversas;
- Elaboração de formulários na Internet;
- Homologação de software para usuários;
- Gravação de CD's dos Sorteios de Municípios, para encaminhamento a órgãos/entidades diversas;
- Publicações na IntraCGU e Sítio Internet;
- Operação da Mala Direta de Consulta Convênios.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- PO8 – Gerenciar Qualidade
- PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI
- PO10 – Gerenciar Projetos
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas
- AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação
- AI6 – Gerenciar Mudanças
- AI7 - Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças
- DS9 – Gerenciar a Configuração
- DS10 – Gerenciar os Problemas

Ações Propostas:

- Implementar projetos de melhoria dos procedimentos visando ao aumento de produtividade e da qualidade dos serviços prestados, com destaque para:
 - Otimização dos processos de carga e manutenção das Páginas da Transparência;
 - Unificação de solução para fornecimento de informações de estatísticas de acessos a páginas das aplicações web internas e externas, utilizando a ferramenta Google Analytics;
 - Revisão de scripts de sistemas para melhoria do serviço de atendimento em primeiro e segundo níveis, prestado pela Central de Help Desk que atende à CGU.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.4.1. Serviço de Concessão de Acesso aos Sistemas Informatizados (Novo Acesso)

Introdução

Atualmente, o Sistema Acesso é o canal exclusivo de solicitação e concessão de acessos na CGU, em conformidade com a Portaria 1954, de 28/12/2007, da Secretaria-Executiva do Órgão.

Realizam-se, neste âmbito, atividades de cadastramento de usuários, concessão e desbloqueio de senhas em aproximadamente 40 sistemas de interesse da CGU, dentre sistema próprios, estruturadores do Governo Federal e conveniados.

O sistema requer melhoria contínua dos workflows de atendimento, visando otimização do processo e migração da tecnologia atual (PHP) para Java.

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Desenvolvimento de novo sistema para concessão de Acesso, em Java, sem as funções de

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Recursos Humanos, parametrizando a inclusão de novos serviços, otimizando o workflow de atendimento e utilizando a BDC – base de dados corporativa da CGU.

Arquitetura Proposta

Sistema para ambiente web restrito (IntraCGU), utilizando tecnologia Java e banco de dados SQL Server 2005, com base integrada a BDC, em conformidade com a Arquitetura de Referência para plataforma Java, definida no PDS-CGU.

3.2.4.2. IntraCGU

Introdução

A IntraCGU constitui ambiente de disseminação de informações e serviços voltados ao público interno da Instituição. Esse ambiente, além de desempenhar papel fundamental na disponibilização de recursos para gestão do conhecimento, permite maior interação órgão-servidor e incentiva a constante otimização dos processos.

Faz-se necessário viabilizar a atualização tecnológica do ambiente, bem como adequar a ferramenta às necessidades atuais da Controladoria.

Estado Atual

Desde a implantação da versão atual, em meados de 2005, a IntraCGU vem disponibilizando novos recursos a seus usuários, tais como o aprimoramento do gerenciamento de documentos utilizados pela SFC na IntraCGU, a criação e reformulação de áreas de conteúdo.

Apesar das facilidades oferecidas pela ferramenta para alimentação de conteúdos, algumas áreas ainda estão subutilizadas. Além disso, a versão dos softwares utilizados está desatualizada, o que algumas vezes compromete o desempenho e dificulta o aprimoramento da aplicação.

Ações Propostas

- Migrar toda a aplicação e conteúdo do portal atual para uma versão mais atualizada da plataforma Zope/Plone;
- Desenvolver solução para acesso externo à Intranet por meio de login e senha de rede (extranet) e acesso seguro a dados e aplicações internas;
- Criar novo portal para a Intranet, a partir da elaboração de nova arquitetura segura, resiliente e flexível para o gerenciamento de conteúdo. Este projeto prevê reformulação do layout, definição de arquitetura de informação utilizando banco de dados e adoção de ferramenta de gestão de conteúdo amigável e flexível, o que garantirá melhoria em questões de usabilidade, novos recursos e desempenho.

Arquitetura Proposta

Esse serviço será construído sobre a plataforma Plone 4 e utilizará o banco de dados ZODB do framework de aplicação Zope 2. Arquivos com grande volume de dados serão armazenados diretamente no sistema de arquivos. O componente Varnish será utilizado como balanceador de carga e otimizador de desempenho.

3.2.4.3. Sítio da CGU na Internet

Introdução

Com o advento da Internet como ferramenta de interação entre Governo e Sociedade, observa-se crescente aumento da demanda interna e externa à CGU pela criação de novos sítios, com recursos

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

mais avançados ou melhoria dos existentes.

A arquitetura da aplicação do sítio da CGU impede que algumas alterações sejam promovidas diretamente pelas áreas gestoras, requerendo apoio da DSI para a simples alimentação de conteúdo nos sites. Além disso, a maioria dos serviços WEB está hospedada em fornecedor externo, o que também contribui para tornar menos ágil a administração de conteúdo.

Estado Atual

O sítio da CGU atualmente é mantido no Serpro. Apresenta conteúdo totalmente estático e sem quaisquer recursos de administração descentralizada. Também são insuficientes as ferramentas de interação com o cidadão, tais como chats, enquetes, newsletter, fórum, etc. Nesse contexto, a atualização de conteúdo é lenta e limitada e a apresentação visual pouco atrativa para o público usuário.

A CGU mantém atualmente os seguintes serviços na internet:

- Sítio da CGU, com conteúdo institucional;
- Hotsites para convenções internacionais;
- Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, apresentando resultado de todos os sorteios e respectivos relatórios de fiscalização;
- Programa Olho Vivo no Dinheiro Público;
- Hotsite de Convenções Internacionais;
- Carta de serviços ao cidadão, contendo orientações e informações da CGU à sociedade sobre os serviços prestados pela instituição, as formas de acessá-los e avaliá-los;
- Diversos formulários para comunicação do cidadão com a CGU, tais como Denúncias, Fale conosco, Inscrições em eventos (sazonais), dentre outros;
- Versões do site nos idiomas espanhol e inglês.

Ações Propostas

- Desenvolvimento do site na plataforma Zope/Plone, com reformulação do layout, definição de arquitetura de informação utilizando banco de dados, ferramenta de gestão de conteúdo e aperfeiçoamento de mecanismo busca, permitindo que os resultados sejam apresentados de forma mais eficiente do que o atual, com classificação de conteúdo por diferentes critérios.
- Criação de serviços, conforme demanda da área gestora;

O site deverá ser mantido em ambiente interno, de forma a ampliar as possibilidades tecnológicas necessárias à integração e gestão automatizada das informações providas e recebidas externamente à Rede da CGU.

Arquitetura Proposta

De forma similar à IntraCGU, será construído sobre a plataforma Plone 4 e utilizará banco de dados ZODB do framework de aplicação Zope 2. Arquivos com grande volume de dados serão armazenados diretamente no sistema de arquivos. O componente Varnish será utilizado como balanceador de carga e otimizador de desempenho.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.4.4. Termo de Cooperação com UFRN e Ministério da Justiça

Introdução

As demandas da CGU provenientes da necessidade de contratação de serviços e/ou aquisição de materiais necessitam de sistemática eficiente de acompanhamento, monitoração, avaliação e de padronização. Da mesma forma, a área de recursos humanos, com suas sub-divisões, necessita de controles para seus processos e informações de pessoal.

Estado Atual

Atualmente são utilizados controles paralelos, em forma de planilhas ou banco de dados mantidos pelas próprias áreas, sistemática que, além de provocar acúmulo de papeis e baixo aproveitamento de recursos, pode promover vulnerabilidade à gestão administrativa da instituição. Para atendimento da necessidade, a CGU assinou Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para utilização de sistema desenvolvido por aquela Universidade para tal finalidade, o qual foi implantado em Órgãos como a Polícia Federal, Abin e Ministério da Justiça.

Ações Propostas

- Instalação em ambiente interno da CGU de sistema gerenciador de banco de dados PostgreSQL, para suportar a aplicação, conforme desenvolvida pela UFRN;
- Implantação em ambiente de produção da aplicação mantendo as funcionalidades conforme concebida pela UFRN, sem qualquer customização. Eventuais necessidades específicas da casa deverão ser encaminhadas para avaliação pelo comitê gestor do projeto e implantação pela equipe técnica da UFRN.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.4.5. Telefonia Móvel

Introdução

O sistema de controle de telefonia móvel tem por objetivo gerenciar as concessões de telefones celulares que a CGU faz a alguns de seus servidores e o controle das contas de cada um dos celulares, com vistas a gerenciar os limites de uso e realizar as cobranças necessárias em razão de excesso sobre limite. Este projeto visa à reconstrução do sistema de controle de telefonia móvel, atualmente desenvolvido em Ms-Access pela Diretoria de Gestão Interna - DGI, numa plataforma corporativa, com padrões de qualidade e segurança adequados.

Estado Atual

Está em fase de conclusão e homologação a especificação de requisitos do novo sistema. Concluída esta etapa, inicia-se de imediato a construção do sistema, em parceria com empresa contratada.

Ações Propostas

- Obter aprovação de requisitos com as áreas gestoras;
- Desenvolver o sistema em plataforma corporativa, com base de dados integrada à BDC – base de dados corporativa da CGU

Arquitetura Proposta

A ser definida.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.4.6. Gestão de Biblioteca

Introdução

O Núcleo de Pesquisa da CGU, cujas atividades são coordenadas pela DGI, necessita de software de gerenciamento profissional para adequação das necessidades de pesquisa, empréstimo e catalogação de suas obras e periódicos, bem como para se interligar a outras bibliotecas, trazendo informações aos usuários da Casa em relação às obras disponíveis no seu acervo.

Estado Atual

Atualmente, não há na CGU um software para automação de biblioteca, com funcionalidades como catalogação adequada de obras, administração de periódicos, pesquisa de acervo e controle de empréstimos e reservas. Tampouco há integração com outras bibliotecas do poder público, como Senado Federal e Câmara dos Deputados. Os controles existentes são realizados de forma manual e com apoio de planilhas, comprometendo a eficiência e eficácia dos serviços prestados.

Ações Propostas

- Especificação e avaliação quanto à contratação e/ou desenvolvimento de ferramenta que atenda às necessidades identificadas.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.4.7. Páginas de Transparência Pública

Introdução

As Páginas de Transparência Pública – instituídas pelo Decreto no 5.482, de 30 de junho de 2005 e disciplinadas pela Portaria Interministerial CGU/MPOG no 140, de 16 de março de 2006 – constituem mais um instrumento para dar transparência aos gastos públicos, fornecendo informações sobre contratos, licitações, convênios, execução orçamentária e gastos com diárias e passagens. O acesso às Páginas é feito a partir de banner inserido no sítio dos órgãos e entidades do Governo Federal.

Os normativos supracitados atribuem ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Controladoria-Geral da União (CGU) a responsabilidade pela gestão das Páginas. Ao MPOG coube a definição do modelo de programação visual, e à CGU compete a atualização periódica do conteúdo.

Visando promover maior celeridade ao processo de adesão às Páginas de Transparência, a CGU contratou fornecedor externo para desenvolvimento e hospedagem de sistema, para criar, disponibilizar e manter atualizadas as páginas de todos os órgãos e entidades que utilizam os sistemas estruturadores ou enviam seus dados para a Controladoria.

A adesão ao modelo fornecido pela CGU é facultativa e requer dos órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta formalização por e-mail para a DSI.

Estado Atual

Estão disponíveis na Internet 456 Páginas de Transparência Pública. Destas, 242 pertencem a órgãos da Administração Direta, 158 são de autarquias e fundações e as outras 56 pertencem a empresas estatais.

Desde a implantação das Páginas em 2006, uma série de aprimoramentos vem sendo conduzida pela CGU e/ou sugerida pelos usuários do sistema de forma a tornar as informações ali prestadas mais completas e acessíveis.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Ações Propostas

- Um importante aprimoramento diz respeito ao acesso, ao banco de dados de Transparência Pública, pelos órgãos e entidades que optem por desenvolver suas próprias Páginas de Transparência. A nova sistemática prevê a utilização de solução com web services, o que desvinculará a implementação das Páginas criadas pelos órgãos e entidades da forma atualmente adotada pelo fornecedor externo.
- Com o intuito de tornar mais ágil a atualização das informações nas Páginas de Transparência, foi criado e está em fase de homologação um ambiente para envio e publicação dos dados de órgãos e entidades, que permite:
 - O envio de arquivos para inclusão no ambiente de homologação das Páginas diretamente pelos órgãos e entidades, permitindo que a validação dos dados seja feita já no momento do envio, e sem interferência humana;
 - Gerenciamento, pela equipe da CGU, dos arquivos enviados pelos órgãos e entidades e daqueles extraídos dos sistemas estruturadores, coordenando a inclusão destes em ambiente de produção, sem que para isto seja necessária interferência manual da equipe do fornecedor externo;
 - Realização de atividades como criação de novas páginas e atualização de textos explicativos diretamente pela CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.4.8. Simba – Sistema de Movimentação Bancária

Introdução

O SIMBA - Sistema de Movimentação Bancária é um conjunto de processos, módulos e normas, criados pela PGR-MPF, para suportar o tráfego de dados oriundos de afastamento de sigilo bancário entre instituições financeiras e órgãos governamentais. O projeto atende de forma automatizada todo o processo de análise de dados bancários, que vai desde a solicitação de afastamento de sigilo pela autoridade interessada, passando por solicitação ao juiz, atendimento pelos bancos em arquivo padronizados e retorno ao solicitante os dados dos investigados.

A CGU, visando atender a necessidades de agilização de processos investigativos conduzidos pela Corregedoria-Geral da União, está firmando Acordo de Cooperação Técnica com a PGR/MPF no sentido de utilizar o processo e a tecnologia associados ao SIMBA.

Estado Atual

Sistema foi implantado no ambiente tecnológico da CGU com adequações para migração do banco de dados do sistema gerenciador Oracle, plataforma proprietária originalmente utilizada na PGR-MPF e não disponível na CGU, para sistema gerenciador MySQL. Tal iniciativa foi concluída com sucesso, porém a estratégia demanda grande esforço de manutenção a cada nova versão do sistema. Adicionalmente, a release disponibilizada pela PGR-MPF não apresenta trilha de log, o que compromete seriamente a rastreabilidade dos acessos realizados e, por consequência, a segurança da informação.

Em paralelo, está em desenvolvimento pelas áreas envolvidas, minuta de normativo interno definindo as regras de acesso e manipulação das informações advindas do afastamento de sigilo bancário.

Ações Propostas

- Formalizar os termos e a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para uso do SIMBA pela CGU;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Criar normativo interno estabelecendo processo, atores e responsabilidades no uso e manipulação de dados oriundos do afastamento de sigilo bancário de investigados;
- Adequar o SIMBA à plataforma tecnológica utilizada na CGU e realizar as customizações pertinentes a esta adequação, em versão que contemple a captura de logs das ações realizadas.

Arquitetura Proposta

A arquitetura é a proposta pela PGR/MPF, conforme descrita em documentação provida por esta instituição.

3.2.4.9. CATI – Controle de Ativos de Tecnologia da Informação

Introdução

O CATI é um sistema para controle dos ativos de TI, hardware, software e licenças de uso, operado pela equipe de Gestão de Ativos da SITEC/DSI, em consonância com processo definido pela Ordem de Serviço nº 34/2009 – Processo de Controle dos Recursos de Tecnologia da Informação.

Este projeto objetiva, principalmente, a evolução do sistema atual para incorporação de novas funcionalidades, bem como para correção de deficiências verificadas na versão existente.

Estado Atual

A funcionalidade básica do sistema atual é inventariar os ativos de TI, com ou sem registro de patrimônio, em todas unidades do órgão central e regionais da CGU, mantendo o controle sobre responsáveis e usuários dos ativos. Com uso intensivo do CATI, surge a necessidade de atender a novas funcionalidades, visando a agregar mais praticidade e utilidade à ferramenta.

O sistema está atualmente desenvolvido em plataforma PHP/MySQL, necessitando evoluir para plataforma mais robusta e confiável, corrigindo deficiências da versão atual e integrando sua base de dados à BDC – Base de Dados Corporativa, para utilização dos registros de servidores e colaboradores usuários dos ativos de TI.

Ações Propostas

- Desenvolver, em parceria com empresa contratada, novo sistema em plataforma Java, contemplando no escopo as funcionalidades atuais e as novas funcionalidades já demandadas pela área interessada.

Arquitetura Proposta

Sistema para ambiente web restrito (IntraCGU), utilizando tecnologia Java e banco de dados SQL Server 2005, com base integrada a BDC, em conformidade com a Arquitetura de Referência para plataforma Java, definida no PDS-CGU.

3.2.4.10. SICA - Sistema de Acompanhamento de Capacitação de Servidores

Introdução

Sistema desenvolvido na plataforma PHP/MySQL para atender às necessidades de controle das ações de capacitação, no âmbito da CGU, em especial para viabilizar a elaboração de seu Plano de Capacitação Anual, conforme diretrizes do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 e da Portaria nº 671, de 13 de setembro de 2006.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Estado Atual

Atualmente o SICA não fornece informações suficientes para o preenchimento do Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação, formulário que passou a ser entregue a partir do exercício de 2010 para a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Ações Propostas

- A DSI e DGI avaliarão se o módulo SIGRH do Sistema provido pela UFRN (vide item 3.2.4.4) atende às necessidades elencadas para registro e controle de capacitação, conforme demanda do Ministério do Planejamento, ou se os ajustes serão realizados a partir da ferramenta atualmente disponível na CGU.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.5. Equipe EBIAI - Equipe de BI e Administração de Informações

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

- Atendimento às equipes - Atendimento rotineiro quanto a pedidos de alterações na arquitetura de dados;
- Manutenção dos Processos de Carga - Manutenção dos diversos processos de carga de dados. Atualmente são aproximadamente dez, que precisam acompanhar as alterações na arquitetura de dados;
- Manutenção dos ambientes - Manutenção dos backups, tuning nos ambientes, criação de massa de teste;
- Gestão de Mudanças - Ciclo mensal de releases, que exige uma série de atividades de coordenação inter equipes, e execução de alterações nos ambientes de homologação e produção;
- Extrações - Realização de diversas extrações, demandadas pelas equipes da DSI, em função de pedidos feitos pelas diversas áreas que elas atendem;
- Carga do Portal da Transparência – Realização das cargas do módulo mensal do Portal da Transparência, assim como propor e desenvolver melhorias ao processo afim de evitar atrasos e erros nos dados.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- PO2 – Definir a Arquitetura de Informação
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas
- AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação
- AI6 – Gerenciar Mudanças
- AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças
- DS1 – Definir e Gerenciar Níveis de Serviço
- DS11 – Gerenciar Dados

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.5.1. Business Intelligence

Introdução

Manutenção e evolução da plataforma de "Business Intelligence" (inteligência empresarial), expandindo a base com cruzamento de dados dos sistemas internos da CGU e outros estruturadores do Governo Federal.

Estado Atual

Foram desenvolvidas as bases "OLAP" (Online Analytical Processing) dos módulos do sistema SGI Ativa Gerencial, Correição e Demandas Externas, Cartões de Pagamento e Contas Tipo "B", utilizando-se o software Pentaho. O sistema já se encontra em produção. Novas formas de acesso aos painéis têm sido desenvolvidas, como por exemplo, o mapa de ações da CGU - aplicação feita em flash que utiliza dados do Pentaho, a fim de prover uma melhor visualização dos dados, inclusive usando georeferenciamento.

Ações Propostas

- Modelagem de novas bases, incluindo o banco de dados do sistema CGU Pad;
- Melhoria nas visualizações dos Dashboards (conjunto de indicadores apresentados com representação gráfica), com a plataforma Flash;
- Integração do conteúdo BI com outras aplicações, como implantação de gráficos do Pentaho no SGI;
- Atualização da ferramenta de BI, a qual é fundamental para manter o conteúdo já desenvolvido compatível com novas versões do software utilizado;
- Adaptação do "Painel de Localização das Denúncias em Processamento na SFC" - conforme conceitos acordados com as unidades envolvidas;
- Desenvolvimento de novos painéis para atendimento das necessidades da DCTEQ/SFC;
- Analisar os diversos pedidos de extração e transformação dos mesmos em DataMarts, afim de prover o negócio com dados que não são fornecidos pelos sistemas de origem.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.5.2. Enriquecimento de Modelos

Introdução

A atualização constante dos modelos de dados é função precípua da AD. Além disso, há necessidade de enriquecimento dos atuais modelos, inclusive trabalhando com modelos lógicos, a fim de enriquecer a semântica das entidades que compõe a arquitetura da informação da DSI e facilitar o entendimento e utilização das mesmas.

Estado Atual

Os modelos atuais não contam com seus respectivos modelos lógicos, o que dificulta a representação dos conceitos lógicos relacionados à arquitetura da informação, que não tem seu correspondente físico. Além disso, os modelos físicos, devido à sua granularidade, dificultam uma representação de alto nível da arquitetura da informação, elemento esse de sua importância para o entendimento da organização dos dados e da representação das entidades que compõe um determinado modelo.

Ações Propostas

- Construir, para cada modelo, seu correspondente lógico, contemplando explicações de alto nível a respeito das entidades e atributos que compõem um determinado domínio de informação.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.5.3. Melhorias na infraestrutura e disponibilidade

Introdução

Aprimoramento da infraestrutura de banco de dados e dos processos de trabalho de forma a garantir

Estado Atual

Atualmente, a CGU não conta com um ambiente de alta disponibilidade para sua base corporativa. Além disso, utiliza-se o SQL Server 2005, versão já substituída pela 2008 e depois, pela 2008 R2. Além disso, o acompanhamento dos vários processos de carga não acontece de forma automatizada.

Ações Propostas

- Criação de Base para Desenvolvimento - Criação de ambiente de dados para desenvolvimento, a ser utilizado tanto para desenvolvimento interno, quanto para empresas terceirizadas;
- Atualização da versão do software SQL Server, para a release 2008 R2, que trará melhorias de performance e novos recursos na ferramenta de ETL, como reporting e Analysis Services;
- Implementação de sistemática de acompanhamento de processos de ETL, de forma a viabilizar uma monitoração por relatórios consolidados, inclusive mantendo um histórico estruturado dessas execuções.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.6. Equipe EARQ - Equipe de Arquitetura

Atividades

As principais atividades desta equipe são:

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Apoio à Coordenação no planejamento e execução das ações de governança;
- Acompanhamento da execução dos contratos de desenvolvimento de fábrica de software, com objetivo de nivelar a implantação dos procedimentos de gestão da contratação;
- Acompanhamento da execução dos projetos de desenvolvimento de sistemas, com objetivo de nivelar a implantação dos PDS, demais processos e padrões de arquitetura tecnológica.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às ações da equipe são:

- PO2 – Definir a Arquitetura de Informação
- PO4 – Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI
- PO8 – Gerenciar a Qualidade
- PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI
- AI1 – Identificar Soluções Automatizadas

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.6.1. Gestão de contratos de desenvolvimento/manutenção de sistemas

Introdução

Elaboração e formalização, por meio de Ordem de Serviço, de política e processo para gestão de contratos de fábrica de software.

Estado Atual

Elaborou-se, com base nos editais e contratos recentemente realizados pela CGU, documento de fluxo de relacionamento com empresas terceirizadas, o qual detalha as ações a serem seguidas por ambas as partes na execução dos instrumentos em tela e levou em conta, ainda, os preceitos do Processo de Desenvolvimento de Software – PDS da CGU.

Pretende-se, com a experiência adquirida neste processo, formalizar política e processo versando sobre o tema, bem como adotar ações específicas que fortaleçam a capacitação e maximizem o adequado uso/cumprimento do PDS/CGU na Coordenação.

Ações Propostas

- Métrica de Software – realização de ações para o desenvolvimento de competência na área de contagem de pontos de função, por ser este o pilar da medição dos sistemas, em especial no que se refere aos acordos de pagamentos, índices de níveis de serviço, qualidade e produtividade para os projetos, a saber:
- Filiação da CGU ao Grupo Internacional de Usuários de Pontos de Função (International Function Point Users Group – IFPUG), com vistas a, dentre outros aspectos, propiciar melhor capacitação de servidores da Coordenação na metodologia, e assim garantir maior precisão e eficiência nas contagens efetuadas, o que, em consequência, reforçará a indispensável legitimidade perante empresas terceirizadas;
- Capacitação dos servidores que desempenham papel de líderes de projetos em contagem de ponto de função;

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

- Produção de guias e manuais de contagem sobre ponto de função;
- Adoção de ferramenta para realização de contagem e armazenamento de base de informação do tamanho dos sistemas e projetos da CGU.
- Sistema para gestão de OS – avaliação e implantação de sistema único para gestão de contratos de fábrica, com objetivo de acompanhar todo o ciclo de vida das Ordens de Serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.2. Revisão do PDS/CGU - Processo de Desenvolvimento de Software

Introdução

Elaboração e formalização, por meio de Ordem de Serviço, da revisão do atual PDS (versão 3.0), tratando novas disciplinas e melhoramentos nas disciplinas contempladas.

Estado Atual

O PDS está homologado em sua versão 2.0 e existe uma nova versão piloto, de número 3.0, a qual necessita ser reavaliada e compilada para adequada publicação.

Ações Propostas

- Acrescentar as disciplinas de Modelagem de Negócio, Implantação e Ambiente;
- Refinar os artefatos, atividades, papéis e instruções das demais disciplinas como requisitos, análise e projeto, implementação, testes, gerência de configuração e gerência de projeto;
- Planejar e realizar ações de capacitação e implantação do processo definido de forma nivelada para todas as equipes da Siinf.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.3. Gerência de Configuração e Mudanças

Introdução

Implantação das gerências de configuração e de mudanças no âmbito da Siinf.

Estado Atual

Atualmente não há os papéis de Gerente de Configuração e de Mudança estabelecidos na Coordenação, bem como políticas e processos que versem sobre o assunto implantados na Coordenação.

Ações Propostas

- Avaliação dos documentos elaborados no âmbito da Sitec, com vistas a optar-se pela utilização de orientação única para a Diretoria ou pela elaboração de normativos específicos para a Siinf.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.2.6.4. Processo de testes

Introdução

Elaboração e formalização, por meio de Ordem de Serviço, de política e processo para gerência de testes no âmbito da Siinf.

Estado Atual

Atualmente há alguns artefatos do processo de testes previstos no PDS/CGU, no entanto, não há definição da política e do processo de testes com atividades e papéis estabelecidos.

Ações Propostas

- Levantamento e estudo de referências relativas à matéria que viabilizem a elaboração dos documentos em pauta.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.5. SSO (Single Sing On)

Introdução

Construção da solução de autenticação única que permita, a partir do login do usuário na Rede CGU, o acesso a todas as aplicações permitidas a seu respectivo perfil sem a necessidade de realização de novo login.

Estado Atual

Existe um componente da solução desenvolvido e implantado que cumpre a função de autenticar os servidores e visitantes no LDAP, desenvolvido pela equipe de segurança da DSI/SITEC.

Ações Propostas

- Projeto e construção da solução de autenticação integrada, utilizando a solução da Extranet da equipe de segurança;
- Implementação e implantação da solução para uma aplicação piloto.

Arquitetura Proposta

A ser definida.

3.2.6.6. Arquitetura tecnológica para plataformas aplicadas

Introdução

Revisão e documentação das arquiteturas tecnológicas adotadas pela Siinf, de acordo com as respectivas finalidades.

Estado Atual

Existe documentos de arquitetura de referência para as plataformas Java e dotNet, os quais precisam ser reavaliados e evoluídos. É preciso criar guias, informações referentes a boas práticas e padrões de aplicação das tecnologias em questão. Não há, ademais, arquitetura formalmente definida para projetos de gestão de conteúdo e PHP.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Ações Propostas

- Revisão e formalização da arquitetura tecnológica para projetos Java;
- Revisão e formalização da arquitetura tecnológica para projetos Dotnet;
- Elaboração e formalização da arquitetura tecnológica para projetos PHP;
- Elaboração e formalização da arquitetura tecnológica para projetos de gestão de conteúdo.

Arquitetura Proposta - Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

3.3 Iniciativas vinculadas ao Proprevine

Com o objetivo de promover o fortalecimento institucional e ampliar a atuação junto aos gestores públicos e à sociedade, a CGU recorreu ao financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, para aumentar os recursos disponíveis e, assim, aprimorar a sua capacidade de atuar na prevenção e no combate à corrupção no País. Com a implantação do Proprevine, além da modernização de sistemas e de recursos tecnológicos, espera-se também um aprimoramento das competências internas da instituição, bem como a melhoria da atuação da CGU em apoio à gestão pública e a ampliação de ações de incentivo aos entes federados na criação e no incremento de seus sistemas de integridade. Outro objetivo do Proprevine é o fortalecimento das ações de transparência pública, com o aprimoramento do controle social exercido pela sociedade no combate à corrupção. O programa está previsto para ser executado dentro do prazo de cinco anos e prevê ações e iniciativas a serem implementadas em todos os setores da CGU.

No tocante à atuação da DSI no âmbito do Proprevine, estão previstas ações de apoio às demais unidades da CGU, além da condução de dois projetos próprios com base nos recursos do programa.

3.3.1 Projetos a cargo de outras Unidades da CGU que demandam a participação da DSI:

3.3.1.1 Formulação e implementação de política de comunicação – com o propósito de preencher lacuna existente nas atividades de comunicação da CGU, em resultado da ausência de formalização das práticas comunicacionais existentes.

3.3.1.2. Teleaudiência – com a finalidade de propiciar a realização de atos processuais por meio de recursos de teletransmissão de sons e imagens, ao vivo e em tempo real, em sede disciplinar, inclusive com a sugestão de normativo para todo o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR).

3.3.1.3. Gestão de Pessoas por Competências – visa implementar, no âmbito da CGU, o modelo de gestão de pessoas por competências, pautado na identificação dos conhecimentos, habilidades e experiências apresentados pelos servidores do órgão, de forma a possibilitar aproveitamento mais eficiente do corpo funcional da CGU.

3.3.1.4. Modernização sistemática de avaliação da gestão e dos programas de governo – com o objetivo de implementar nova modelagem de processos, sustentado por sistema de informação, que tenha como elemento central a melhoria da produtividade, qualidade e tempestividade dos trabalhos realizados pela Secretaria Federal de Controle Interno.

3.3.1.5. Sistema de Integração das Ações do Controle Interno Federal – refere-se à criação de sistema informatizado que viabilize a integração entre o controle interno e o controle primário do gestor e que proporcione, principalmente, a melhoria no monitoramento de recomendações efetuadas pela SFC, agilidade no trâmite de documentos e informações, padronização e agilidade na condução dos processos de Tomada de Contas Especial, controle sobre as normas, decisões e orientações específicas de cada órgão, mapeamento dos controles internos administrativos, além de oferecer ferramenta de gestão às unidades de auditoria interna menos capacitadas e estruturadas.

3.3.1.6. Portal – Observatório de Despesa Pública – destina-se à construção de um Portal para disseminação das informações estratégicas produzidas pelo Observatório de Despesa Pública (ODP).

3.3.1.7. Promoção da Ética e Prevenção de Conflitos de Interesses e Demais Desvios de Conduta de Servidores Públicos Federais – desenvolvimento de amplo trabalho de orientação e conscientização dos servidores do Poder Executivo Federal sobre temas relacionados à ética, a fim de apoiar o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº. 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e coordenado pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

3.3.1.8. Fortalecimento da Integridade das Gestões Subnacionais – visa ampliar o apoio aos gestores subnacionais, prestado cooperação e assistência aos Estados e Municípios com ações voltadas

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

para a estruturação de controles internos, fortalecimento da gestão, promoção da ética e desenvolvimento de ações que garantam transparência e acesso à informação.

3.3.1.9. Acesso à Informação – com o propósito de contribuir para que o direito de acesso à informação, previsto expressamente na Constituição Federal de 1988, seja garantido aos cidadãos de forma eficiente, eficaz e efetiva. Para tanto, é essencial a colaboração com os Estados e Municípios brasileiros, para que também estes possam avançar na promoção da transparência ativa e passiva de informações de interesse público, notadamente no desenvolvimento e implantação de Portais da Transparência, a fim de assegurar a divulgação de informações sobre a execução financeira de programas de governo estaduais e municipais. Trata-se, portanto, de assistência técnica a ser provida pelo Governo Federal a Estados e Municípios no campo do acesso à informação, mediante termos a serem definidos com o BID em estágio futuro do projeto.

3.3.2. Projetos próprios da DSI, com recursos do Proprevine

3.3.2.1. Projeto Governança de TI

Governança de TI é a estrutura composta por processos inter-relacionados, por meio da qual as organizações dirigem e controlam a gestão da informação, o suporte e as tecnologias a ela associadas, assegurando a máxima agregação de valor aos objetivos de negócio e o adequado balanceamento entre riscos e retorno sobre os investimentos.

O presente projeto tem como objetivo evoluir os processos da DSI por meio das melhores práticas de governança de tecnologia da informação (TI), envolvendo o contínuo aprimoramento das pessoas, processos e ferramentas, de forma a garantir a entrega de soluções e serviços de TI com qualidade, segurança e tempestividade, por meio da disponibilização de ambiente tecnológico adequado à execução das atividades do Órgão.

Para viabilizar o aprimoramento da Governança de TI na CGU é necessária a avaliação e a implantação de melhoria dos processos internos, tendo por base as melhores práticas dos modelos ITIL - Information Technology Infrastructure Library – ISO 20000 e MPS.Br – Modelo de Melhoria do Processo de Software Brasileiro - baseado nas normas ISO/IEC 12207 e ISO/IEC 15504.

Em relação ao ITIL, pretende-se implantar os seguintes conjuntos de melhores práticas:

- aquisição e implementação de serviços e sistemas de TI;
- entrega e suporte dos serviços e sistemas de TI;
- monitoramento, medição e avaliação dos serviços e sistemas de TI;
- gestão de fornecedores e terceiros contratados.

Em relação ao MPS.Br, alguns dos processos que terão suas melhores práticas abordadas são:

- gestão de projetos de software;
- gestão de requisitos de software;
- garantia de qualidade de software;
- medição e aquisição de software.

Como resultado do projeto, pretende-se elevar a capacidade de atendimento da DSI, com a redução de custos e incremento de qualidade, eficiência e produtividade, sobretudo com a utilização dos modelos ITIL e MPS.Br para melhoria dos processos existentes na Diretoria e implantação de novos processos necessários à consecução dos objetivos estratégicos. Além disso, busca-se estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a maximizar a disponibilidade dos equipamentos, serviços e sistemas.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Impactos esperados

- Efetividade no provimento de sistemas, infraestrutura e serviços para a CGU, por meio da melhoria dos processos internos;
- Elevação da maturidade nos processos de TI baseados no modelo COBIT;
- Melhoria do índice de satisfação dos usuários de TI em relação aos serviços prestados pela Diretoria;
- Corpo técnico qualificado com relação às melhores práticas de governança;
- Elevação do índice de disponibilidade dos serviços providos pela Diretoria;
- Disponibilização de soluções e serviços de TI com qualidade, segurança e tempestividade, por meio de ambiente tecnológico adequado à execução das atividades do Órgão.

Ações em andamento

- Planejamento do projeto (elaboração de cronograma de atividades, cronograma físico-financeiro, outros). Início do projeto previsto para janeiro de 2012.
- Contratação de empresa de consultoria para diagnóstico do nível de maturidade dos processos de Governança de TI - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está apoiando a Controladoria-Geral da União (CGU) na preparação do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira, mediante cooperação técnica não reembolsável, com vistas à contratação de empresa de consultoria especializada em Governança de Tecnologia de Informação (TI) que efetuará, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, um diagnóstico da situação dos processos da Diretoria de Sistemas e Informação (DSI), visando a definição de estratégias operacionais, controles e processos de Governança, incluindo o repasse de conhecimento à equipe da área de TI da CGU.

3.3.2.2. Processo Gestão eletrônica de documentos e processos (GED) na CGU

Esse projeto tem como objetivo otimizar o acesso às informações que estão atualmente dispersas em grande volume de papel, na forma de processos e documentos. Essas informações exigem análise, tomadas de decisão, controle de prazos e troca de informação com outros órgãos. A dificuldade no fluxo de trabalho de análise e tomada de decisão do processo poderá acarretar prejuízo quanto ao andamento dos processos, eventual perda de prazo processual, má distribuição dos processos entre os analistas, enfim, perda de eficiência nas atividades da CGU.

Com a concretização deste projeto, pretende-se alcançar maiores níveis de tempestividade e segurança na criação, expedição e trâmite de informações na instituição e também facilitar o encaminhamento de respostas do órgão às entidades e cidadãos demandantes de informação.

Impactos esperados

Aumento na tempestividade na conclusão de processos de trabalho da CGU, tais como a apuração de denúncias, análise de processos disciplinares, análise de processos de controle interno, processos administrativos, etc.;

Aumento da produtividade das unidades da CGU, com o trâmite eletrônico de processos, acessibilidade maior à informação e padronização nos procedimentos;

Melhoria na segurança corporativa, vez que o trânsito de informações ocorrerá principalmente por intermédio do GED, que deverá dispor de controle de acesso supervisionado;

Melhoria no controle, qualidade e acessibilidade das informações geradas na CGU, com possibilidade de pesquisas textuais no interior dos processos;

Redução dos custos com a impressão de documentos em papel e redução do espaço físico necessário para o armazenamento dos processos em papel.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Ações em andamento

- Planejamento do projeto (elaboração de cronograma de atividades, cronograma físico-financeiro, outros). Início do projeto previsto para janeiro de 2012.

3.3.3. Quadro Resumo dos Recursos Financeiros do Proprevine – 2011

Unidade Responsável	Projeto	Produto	Categoria de gasto	Valor (em Reais)	Observações
AESP	Escola da CGU	C1.P3	Investimento	R\$ 678.853,00	Aquisição dos kits para facilitar os trabalhos de capacitação presencial nas Regionais.
CRG	Teleaudiência	C1.P4	Investimento	R\$ 1.191.983,44	Implantação de 7 salas de Teleaudiência: R\$ 1.051.750,13 em equipamentos e R\$ 140.233,31 para adequação de espaço físico e aquisição de mobiliário.
SFC	Sistema de Gestão das Ações de Controle (SIAC)	C1.P7	Investimento	R\$ 2.433.432,00	Aquisição de ferramentas de apoio a execução das ações de controle
DSI	Gestão eletrônica de documentos e processos (GED) na CGU	C1.P9	Investimento	R\$ 320.000,00	Equipamentos necessários para as próximas expansões, excetuados os monitores duplos.
DSI	Governança de TI	C1.P10	Investimento	R\$ 546.696,00	Equipamentos e softwares de infraestrutura
DSI	Governança de TI	C1.P10	custeio	R\$ 473.644,00	Capacitações necessárias para as equipes se prepararem para as avaliações de Governança.
SFC	Aprimoramento das ações de controle e Modernização da avaliação da Gestão e Programas de Governo	C1.P5	Custeio	R\$ 60.000,00	Capacitação em mapeamento, gestão e melhoria de processos.
SPCI	Portal ODP Implantado	C1.P8		R\$	Concepção da solução; disponibilização da infraestrutura de TI; desenvolvimento do Portal; preparação de conteúdo; capacitação e comunicação.
SPCI	Promoção da ética e prevenção de conflito de interesses	C2.P2	Custeio	R\$ 20.000,00	Consultoria para levantamento, compilação e organização de jurisprudência (CGU, CEP, TCU, MP e judiciário) e normas existentes na Adm. Pública Federal sobre conduta ética e disciplinar
SPCI	Promoção da ética e prevenção de conflito de interesses	C2.P2	Investimento	R\$ 11.065,00	Equipamentos e softwares para diagramação: Desktop, Corel Draw, Adobe Criative Suite e Monitor 19"
SPCI	Incremento do Portal da Transparência	C3.P5	Custeio	R\$ 276.650,00	Consultoria para desenvolvimento: DW do Portal da Transparência Ciclo-1 (Portal) e Ciclo-2 (páginas da transparência)
SPCI	Apoio a transparência dos entes subnacionais	C4.P1	Custeio	R\$ 51.840,00	Consultorias para especificação do módulo de interoperabilidade e do módulo de transparência do software de publicação.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

SPCI	Fortalecimento da integridade das gestões subnacionais	C4.P2	Custeio	R\$ 160.000,00	Contratação de instituto de pesquisa para levantar demandas sobre cursos online (insumos para Olho Vivo e FGP) e situação de Controles Internos nos municípios.
------	--	-------	---------	----------------	---

Total Investimento	R\$ 5.182.029,44
Total Custeio	R\$ 1.042.134,00
Taxa de câmbio:	1,65
Total em US \$	\$3.772.220,27

Projeto: Nome do projeto no Proprevine

Produto: Código do produto no Marco de Resultados

Categoria de gasto: São possíveis duas categorias: investimento (toda compra de equipamentos, softwares e ferramentas) ou custeio (consultorias, capacitações, diárias e passagens, materiais de consumo).

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

4.1. Plano de Gestão de Pessoas

A criação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos específicas para TI justifica-se pela necessidade de existir, na CGU, pessoal técnico qualificado para atender as demandas institucionais cada vez mais complexas. Esta necessidade deverá ser suprida por meio da capacitação técnica contínua dos servidores lotados na DSI.

A disponibilidade de um corpo técnico qualificado permitirá o desenvolvimento institucional por meio da agregação das evoluções tecnológicas aos serviços e sistemas existentes e, ainda, pela implementação de novas soluções.

Pretende-se priorizar treinamentos específicos naquelas atividades consideradas estratégicas para o Órgão e/ou aquelas que são executadas diretamente por servidores da DSI, tais como: segurança da informação, virtualização de equipamentos servidores, Governança de TI, gerenciamento de rede, métodos e técnicas de desenvolvimento de sistemas, dentre outros.

Com base nesse entendimento, montamos no quadro a seguir uma projeção de treinamentos necessários para o biênio 201/2012 nesta DSI:

Quadro Resumo das Necessidades de Treinamento da DSI

Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica-Sitec

Curso	Valor estimado p/participante	Qtde	Valor para o Orçamento	Justificativa
DESGN - Designing for Cisco Internetwork Solutions	R\$ 3.800,00	2	7.600,00	Os conteúdos deste treinamento abordam temas diretamente relacionados com os projetos previstos/em desenvolvimento na SITEC, a saber: Rede sem fio; Videoconferência; Segundo Link de Internet; VoIP; Cabeamento estruturado da rede local do Edifício Darcy Ribeiro e Estruturação da Rede CGU.
Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos com ênfase na Administração Pública	R\$ 1.590,00	2	3.180,00	Aperfeiçoar os conhecimentos sobre a elaboração de documentos e otimizar tempo despendido na geração de relatórios, pareceres e notas técnicas.
ALF3010 - Administração de Sistemas Alfresco	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Capacitação técnica de analistas na administração da solução GED, de código livre (Alfresco), adotada pela CGU, que suportará a tramitação eletrônica de documentos, inicialmente do módulo de Correição do Sistema de Gestão de Informações - SGI, e com previsão de utilização da mesma para atender a outros sistemas corporativos da CGU, o que tornará essa infraestrutura cada vez mais crítica para o Órgão.
Administração de Servidores Apache	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre os principais aspectos do Apache, envolvendo as mais diversas questões no que tange a publicação de conteúdo na Web, preparando para lidar com o protocolo HTTP e HTTPS efetuando transações seguras (SSL). O curso aborda as boas práticas de administração de uma infraestrutura WEB baseada em Apache 2.2. O curso tratará de metodologias de manutenção com grande preocupação com os aspectos de segurança dos dados.
JBoss AS para Administradores de Sistemas	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre como implementar, configurar, manter e otimizar serviços Java EE baseados em Jboss AS em ambiente Linux e também para integrar componentes externos ao servidor, por exemplo frameworks como Struts e Hibernate.
HA - Cluster de Alta Disponibilidade em Servidores Linux	R\$ 1.500,00	2	R\$ 3.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre como implementar soluções de Cluster HA, projetando soluções onde os serviços de alta criticidade tenham garantia de continuidade, independente da estrutura da empresa que atuará, pois serão expostas diferentes maneiras de implementar HA em servidores

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

				Linux.
IBM BladeCenter Fundamentals	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre design, arquitetura e tecnologias por trás dos sistemas Blades e seus componentes, instalação, resolução de problemas, gerenciamento, escalabilidade com agregação de elementos de conectividade e armazenamento.
Introduction to NetApp Products	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre produtos e suas tecnologias embarcadas, SAN, NAS, recuperação de desastres, alta disponibilidade.
NetApp Data ONTAP Fundamentals (DOTF)	R\$ 3.000,00	2	R\$ 6.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre administração do sistema operacional dos Storages NetApp.
Fundamentals of Incident Handling	R\$ 2.300,00	1	R\$ 2.300,00	Capacitação técnica básica para as atividades de tratamento de incidentes de redes
Advanced Incident Handling for Technical Staff	R\$ 2.300,00	2	R\$ 4.600,00	Capacitação técnica avançada para as atividades de tratamento de incidentes de redes e implantação do processo. Atividade DSI024 do PAM.
Hackers Expostos	R\$ 1.250,00	2	R\$ 2.500,00	Capacitação técnica necessárias para descobertas de vulnerabilidades e criação de controles de segurança de rede.
Segurança em Servidores Linux Usando a ISO27002	R\$ 1.250,00	1	R\$ 1.250,00	Capacitação técnica necessárias para implantação de controles de segurança em equipamentos servidores utilizados pela DSI.
Gestão de Riscos de Segurança da Informação	R\$ 1.560,00	1	R\$ 1.560,00	Capacitação técnica para Elaboração do processo de Gestão de Riscos de Segurança. Atividade DSI045 do PAM.
Análise Forense	R\$ 2.560,00	1	R\$ 2.560,00	Capacitação técnica para as atividades de tratamento de incidentes de redes e Implantação do processo. Atividade DSI024 do PAM.
Gestão de Continuidade de Negócios em ênfase na Norma BS 25999	R\$ 1.980,00	1	R\$ 1.980,00	Capacitação técnica para operação da Gestão de Continuidade do Negócio. Atividade DSI035 do PAM.
Sistema de Gestão de Segurança da Informação baseado na 27001	R\$ 2.000,00	1	R\$ 2.000,00	Capacitação de servidores para planejamento de Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Atividade DSI046 do PAM que foi transferida para o ano de 2011
Participação em Eventos e Workshops relacionados à Segurança da Informação	R\$ 500,00	4	R\$ 2.000,00	Atualização técnica dos componentes da equipe de segurança através do conhecimento das novidades e do estado da arte do Tema
Plataforma ECM Alfresco	R\$ 4.800,00	2	R\$ 9.600,00	Plataforma utilizada no SGI para GED e no projeto "Envio de dados de Terceirizados"
Advanced Web Development with Visual Studio	R\$ 1.500,00	4	R\$ 6.000,00	Plataforma utilizada para o desenvolvimento de aplicações da equipe, que está sendo atualizada para a versão mais atual
Pós Graduação em Governança de TI	R\$ 5.000,00	2	R\$ 10.000,00	Capacitar os líderes a boas práticas em gestão de TI
Treinamento em J2EE (visão geral), JavaServer Faces, JBOSS Seam, Rich Faces e JPA/Hibernate.	R\$ 1.500,00	6	R\$ 9.000,00	Capacitar os integrantes da equipe para utilizar as funcionalidades existentes nos frameworks utilizados pelo projeto Novo Ativa.
JBoss Seam Essentials	R\$ 2.067,00	3	R\$ 6.201,00	Capacitar equipe SisDep para migrar projetos para tecnologia Java, conforme definido no PDTI.
JBoss Hibernate Essentials	R\$ 1.657,00	3	R\$ 4.972,50	Capacitar equipe SisDep para migrar projetos para tecnologia Java, conforme definido no PDTI.
Treinamento em Contagem de Pontos de Função	R\$ 1.350,00	3	R\$ 4.050,00	Capacitar os integrantes da equipe para estimar o tamanho das demandas de desenvolvimento de sistemas em "Pontos de Função".
Formação em Data Warehouse	R\$ 4.131,00	3	R\$ 12.393,00	O Portal da Transparência envolve o recebimento, o tratamento e a carga de um grande volume e variedade de dados, cenário indicado para utilização de técnicas e ferramentas de DW. Com o treinamento, visa-se melhorar os processos de operação e desenvolvimento.
Gestão de Projetos	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Capacitar os líderes e servidores em boas práticas em gestão de projetos
Totais		60	118.774,00	

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Coordenação-Geral de Informação-Siinf

Curso	Valor estimado p/participante	Qtde	Valor para o Orçamento	Justificativa
6231A – Maintaining a Microsoft SQL Server 2008 Database	R\$ 1.500,00	5	R\$ 7.500,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe nos recursos da ferramenta de banco de dados utilizada nos sistemas da CGU.
6232A –Implementing a Microsoft SQL Server 2008 Database	R\$ 1.500,00	5	R\$ 7.500,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe nos recursos da ferramenta de banco de dados utilizada nos sistemas da CGU.
6234 – Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Analysis Services	R\$ 1.500,00	1	R\$ 1.500,00	Capacitação técnica da equipe nos recursos de DW do SQL Server, ferramenta de banco de dados utilizada na CGU.
6235 - Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Integration Services	R\$ 1.500,00	4	R\$ 6.000,00	Capacitação técnica da equipe nas funcionalidades da nova versão do SSIS do SQL Server, ferramenta de banco de dados utilizada nos sistemas da CGU.
6236 -Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Reporting Services	R\$ 1.500,00	1	R\$ 1.500,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe nos recursos de reporting do SQL Server, ferramenta de banco de dados utilizada nos sistemas da CGU.
MS SQL Server Stored Procedures - Transact	R\$ 2.000,00	1	R\$ 2.000,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe na manutenção e desenvolvimento de <i>Stored Procedures</i> para o banco de dados SQL Server, ferramenta de banco de dados utilizada nos sistemas da CGU.
DW e ETL – modelagem I e II	R\$ 4.000,00	2	R\$ 8.000,00	Capacitação técnica da equipe em modelos de organização de dados, com vistas ao desenvolvimento de projetos de DW.
Curso de gerência de configuração e mudança de SW	R\$ 2.400,00	8	R\$ 19.200,00	Capacitação técnica da equipe com o objetivo de implantação de procedimentos de gerência de configuração e mudança no âmbito da Coordenação.
Gerência de Projetos – Curso oficial PMI	R\$ 1.600,00	8	R\$ 12.800,00	Capacitação de pelo menos dois líderes de projeto em cada equipe de desenvolvimento para Gerencia de Projetos PMI.
BPMN	R\$ 1.260,00	10	R\$ 12.600,00	Capacitação técnica de pelo menos dois servidores em cada equipe em modelagem de negócios na metodologia BPMN, necessária à condução adequada dos projetos a cargo da Coordenação.
Certificação IFPUG	R\$ 1.350,00	5	R\$ 6.750,00	Certificação de servidores em CFPS - Certified Function Point Specialist, reconhecida pelo IFPUG (International Function Point Users' Group) como técnica oficial para contagem de pontos de função precisas e consistentes.
CMMI-Acquisition	R\$ 800,00	9	R\$ 7.200,00	Capacitação técnica da equipe em práticas para desenvolvimento e manutenção de produtos, voltada aos processos de aquisição e terceirização de bens e serviços.
MPS-Br C1	R\$ 800,00	9	R\$ 7.200,00	Capacitação de servidores em qualidade de processo de software, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Programming in C# Transparent Microsoft Visual Studio 2010	R\$ 1.600,00	4	R\$ 6.400,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Developing Web Applications with Microsoft Visual Studio 2010	R\$ 1.600,00	4	R\$ 6.400,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Configuring and Administering Microsoft SharePoint 2010	R\$ 1.600,00	4	R\$ 6.400,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Web Components Development (SL-314-EE5)	R\$ 3.200,00	6	R\$ 19.200,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Java (Java Programming Language, Java SE 6 (SL-275-SE6), Java EE)	R\$ 2.500,00	6	R\$ 15.000,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Java EE 5 platform (FJ-310-EE5)	R\$ 3.100,00	6	R\$ 18.600,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Hibernate Essenciais - referência JB167 (RedHat)	R\$ 4.250,00	6	R\$ 25.500,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Jboss Seam Essenciais	R\$ 4.250,00	6	R\$ 25.500,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Certificação Arquiteto Java (3 provas)	R\$ 1.620,00	6	R\$ 9.720,00	Certificação técnica da equipe em Arquitetura Java, plataforma de desenvolvimento utilizada pela DSI.
Desenvolvimento na linguagem PHP	R\$ 1.500,00	2	R\$ 3.000,00	Capacitação/aperfeiçoamento técnico da equipe em desenvolvimento de sistemas PHP, ambiente utilizado no Órgão.
Zope e Plone	R\$ 5.000,00	6	R\$ 30.000,00	Capacitação /aperfeiçoamento técnico da equipe na plataforma Zope/Plone, adotada como padrão referencial para os projetos de desenvolvimento de portais na CGU.
Curso em Processo avançado de Teste de software	R\$ 2.500,00	5	R\$ 12.500,00	Capacitação técnica da equipe para implantação do processo de teste de software da CGU, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Curso de testes e ferramentas para o ambiente .Net	R\$ 1.500,00	4	R\$ 6.000,00	Capacitação técnica da equipe para implantação do processo de teste de software da CGU, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Curso de testes e ferramentas para o ambiente Java	R\$ 2.000,00	4	R\$ 8.000,00	Capacitação técnica da equipe para implantação do processo de teste de software da CGU, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Modelagem de Negócio – Conceitual	R\$ 2.000,00	8	R\$ 16.000,00	Capacitação de servidores líderes de projeto em modelagem de negócio e requisitos, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Engenharia de Requisitos – Conceitual (UML)	R\$ 2.000,00	8	R\$ 16.000,00	Capacitação de servidores líderes de projeto em modelagem de negócio e requisitos, fundamental para o adequado atendimento às necessidades do Órgão.
Totais		153	323.970,00	

4.2. Projeto/Atividade x Recursos Humanos

Conforme apontado no quadro a seguir, a condução dos projetos previstos neste Plano Diretor de Informática demanda a alocação de mais 47 (quarenta e sete) servidores. Vale destacar que o investimento representado pela alocação de mais esse quantitativo de servidores poderá alavancar sensivelmente a produtividade da área finalística, em razão do suporte tecnológico a ser oferecido.

Quadro Resumo de Projeto/Atividade X Recursos Humanos

	Projeto/Atividade	Situação Atual	Situação Ideal	Déficit
SITEC	Coordenação	0	1	1
	PROJE	6*	9	3
	SEGUR	3*	8	5
	INFRA	3	8	5
	ADRED	6	10	4
	ATEND	6*	8	2
	GEACO	1	3	2
SIINF	EGCOM	10	12	2
	EBIAI	5	8	3
	EPREV	6	10	4
	EARQ	0	3	3
	ECONT	6	10	4
	EPLAC	5	10	5
	Coordenação	0	1	1
	Totais	57	101	44

* Incluído 1(um) Analista de Tecnologia da Informação – ATI cedido pela MSLTI/MP.

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Obs.: Nesse quadro, não estão sendo considerados os servidores com cargos de chefia.

4.3. Proposta orçamentária de TI

4.3.1. Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

Quadro resumo de projeto/ atividade x custos financeiros – INVESTIMENTO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2011	Custos financeiros – em 2012
Substituição de equipamentos obsoletos - Switch de Acesso, Scanner, Impressoras Laser, Desktops, Notebooks e outros	R\$ 4.405.000,00	R\$ 4.908.000,00
Projeto Correio - Licenças de software e outros	R\$ 500.000,00	R\$ 374.788,80
Rede sem fio - Etapa 1: Controladora Wireless, Access Points (Brasília e Regionais) e Software Gerencia e outros	R\$ 470.000,00	R\$ 470.000,00
Reestruturação da Rede CGU - Módulos de expansão switch CORE, Switch Server Farm / Software Gerencia, Switches de distribuição, cabeam CAT6, módulos 10G switch CORE e Balanceador de carga e outros	R\$ 260.000,00	R\$ 1.110.000,00
Alta Disponibilidade - Storage, lâmina, Chassis, Licenças de software de virtualização, Switch SAN, nobreak, fitas LTO e servidores e outros	R\$ 1.070.000,00	R\$ 1.487.400,00
Reorganização da Infraestrutura de Backup - Licenciamento TSM e exchange, fitotecas para todas as regionais, cofre de mídias, licenças Windows Server para regionais e outros	R\$ 350.000,00	R\$ 530.000,00
Gerenciamento de Ambiente Físico - Organização ambiente físico da sala de servidores, Centro de processamento de dados seguro do Edifício Darcy Ribeiro, Aquisição de Racks para Regionais e outros	R\$ 120.000,00	R\$ 4.720.000,00
Aquisições de TI destinadas à manutenção e melhoria da rede CGU e a usuários - Impressoras de etiquetas, Suprimentos para impressoras, Aquisição de dispositivos, acessórios e insumos para infraestrutura de rede, Aquisição de software de diagramação, Notebooks e desktops	R\$ 570.000,00	R\$ 1.683.000,00
Reavaliação das configurações das Ferramentas de Segurança - Aquisição de IPS	R\$ -	R\$ 200.000,00
Implantação do Gerenciamento de Logs - Aquisição de Ferramenta de Gestão Centralizada de Logs	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
Melhoria do processo de Gerenciamento de Desempenho e Capacidade - Software de gerenciamento de ativos de rede e servidores	R\$ -	R\$ 1.000.000,00
Melhoria do processo de Gerenciamento de Configuração - Software de gerenciamento de configuração e mudança	R\$ -	R\$ 1.000.000,00
TOTAL	R\$ 8.145.000,00	R\$ 17.883.188,80

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros - CUSTEIO

Projeto/Atividade	Custos financeiros em 2011	Custos financeiros em 2012
Contratos de serviço continuado - Contratação de Datacenter	R\$ 276.000,00	R\$ 1.200.000,00
Contratos de serviço continuado - Link Nova Operadora	R\$ 300.000,00	R\$ 76.000,00
Contratos de serviço continuado - Contratação rede WAN	R\$ 1.440.000,00	R\$ 3.000.000,00
Contratos de serviço continuado - Infovia / internet / Correio eletrônico - SERPRO	R\$ 400.000,00	R\$ 840.000,00
Contratos de serviço continuado - Acesso internet Minimodens	R\$ 120.000,00	R\$ 109.200,00
Contratos de serviço continuado - Terceirização	R\$ 1.184.537,79	R\$ 2.186.839,00
Contratos de serviço continuado - Serviço de suporte para fitoteca	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00
Contratos de serviço continuado - Proteção antivirus	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Contratos de serviço continuado - Renovação licenças Microsoft	R\$ -	R\$ 517.979,00
Contratos de serviço continuado - Renovação serviço de suporte para lâmina e chassi	R\$ -	R\$ 120.000,00
Contratos de serviço continuado - Renovação serviço de suporte para Netapp	R\$ -	R\$ 240.000,00
Contratos de serviço continuado - Renovação serviço de suporte para videoconferência	R\$ -	R\$ 120.000,00
Contratos de serviço continuado - Renovação serviço de suporte do IPS	R\$ -	R\$ 90.000,00
Contratos de serviço continuado - Renovação serviço de suporte do Filtro de conteúdo	R\$ -	R\$ 90.000,00
Gerenciamento de Ambiente Físico - reorganização do cabeamento estruturado das salas de comunicação do edifício Darcy Ribeiro	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
Implantação de Equipe de Tratamento de Incidentes - Serviço de Pen-Teste		R\$ 120.000,00
Treinamento e capacitação	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL	R\$ 4.306.537,79	R\$ 9.296.018,00

PLANO DIRETOR DE TI – 2011/2012

4.3.2. Coordenação-Geral de Informação

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros – INVESTIMENTO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2011	Custos Financeiros em 2012
Aquisição de licenças para desenvolvimento de sistemas (Erwin, Visual Studio, modelagem de negócio, análise de requisitos, gestão de processo de contratação de fábrica de softwares, dentre outros)	77.000,00	250.000,00
Aquisição de subscrição para servidores de aplicação Java	31.000,00	31.000,00
Aquisição de licenças SQL Server	670.000,00	0,00
Aquisição de ferramenta ETL	500.000,00	0,00
Aquisição de licenças Adobe	24.000,00	0,00
Aquisição de licenças Oracle	9.000,00	0,00
Aquisição de licenças Microstrategy SDK e Object Manager	57.000,00	0,00
Aquisição de appliance DW	0,00	1.000.000,00
Aquisição de software para detecção de fraudes e appliance para consultas complexas, visando atender o Observatório da Despesa Pública	0,00	1.500.000,00
Desenvolvimento de sistemas – DotNet (tais como Sistema de Inspeções)	205.000,00	324.000,00
Desenvolvimento de sistemas – Java (tais como Portal da Copa, Monitor, Sistema de Cartões e Pró-Ética)	490.000,00	945.000,00
Desenvolvimento de sistemas – PHP (tais como Moodle – Escola Virtual)	150.000,00	225.000,00
Desenvolvimento de sistemas – Zope (tais como Internet e Intranet da CGU)	330.000,00	330.000,00
Desenvolvimento de sistemas Serpro	280.000,00	576.000,00
Totais	2.823.000,00	5.181.000,00

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros - CUSTEIO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2011	Custos Financeiros em 2012
Suporte e atualização Microstrategy	4.050,00	16.200,00
Suporte e atualização Statistica	15.000,00	60.000,00
Filiação ao IFPUG	1.120,00	1.120,00
Consultoria em Java	3.000,00	60.000,00
Produção do Ativa	1.863.200,00	437.400,00
Produção do CGUPAD	1.102.000,00	0,00
Produção das Páginas de Transparência	1.020.000,00	1.080.000,00
Produção de outros sistemas	1.155.400,00	1.800.000,00
Totais	5.163.770,00	3.454.720,00